



PROCESSO: 05997/24

ASSUNTO: LEVANTAMENTO – COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA



GOIÂNIA

2024



LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS

AGM	Agência Goiana de Municípios
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Caed	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEE	Conselho Estadual da Educação
CEEC	Comitê Estratégico Estadual do Compromisso
Cenac	Comitê Estratégico Nacional do Compromisso
CNCA	Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
Coeduc	Comissão Multidisciplinar Específica de Educação
Consec	Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CTE/IRB	Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa
DPEGO	Defensoria Pública do Estado de Goiás
FGM	Federação Goiana de Municípios
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Gaepe-GO	Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Goiás
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IRB	Instituto Rui Barbosa
LEEI	Leitura e Escrita na Educação Infantil
MEC	Ministério da Educação
PAR	Plano de Ações Articuladas
Pate	Plano de Ação do Território Estadual
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola



Pnaic	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
Renalfa	Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Saego	Sistema Permanente de Avaliação da Educação de Goiás
Seduc	Secretaria de Estado da Educação de Goiás
Simec	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
TCEGO	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
TCMGO	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás
TCU	Tribunal de Contas da União
Uncme	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 O COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA	9
3 METODOLOGIA	18
4 ASPECTOS ABORDADOS	20
4.1 Instrumentos de planejamento e governança.....	20
4.2 Financiamento para alfabetização	24
4.3 Sistemas de avaliação	26
4.4 Formação continuada	36
4.5 Infraestrutura e materiais suplementares	39
4.6 Boas práticas	39
4.7 Intersectorialidade e sociedade civil	40
5 MAPEAMENTO DE RISCOS DO CNCA	43
6 CONCLUSÃO E SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTOS	52
I. Internas:.....	52
II. Externas:.....	52
III.Externas:.....	53
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICES	58
Apêndice A – Matriz de Planejamento Nacional	59
Apêndice B – Questionário eletrônico elaborado pelo TCU e encaminhado às Secretarias Municipais de Educação goianas	66
Apêndice C – Respostas aos questionários	95
Apêndice D – Matriz de Riscos Nacionais.....	103

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de processo de fiscalização do tipo levantamento, instaurado com o objetivo de conhecer os elementos inerentes ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e identificar riscos na implementação e execução dessa ação governamental que possibilitem ao controle externo definir pontos de acompanhamento do compromisso.

O Comitê de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), do qual este Tribunal de Contas dos Municípios (TCMGO) faz parte, selecionou, como fiscalização nacional para 2024, o “Levantamento no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)”.¹ Lançado em 2023, pelo Governo Federal, em regime de colaboração com os estados, Distrito Federal e municípios, o CNCA tem como objetivo **assegurar a alfabetização das crianças brasileiras ao final do 2º ano do ensino fundamental, além da recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia.**

Nesse contexto, por meio do Ofício n.º 141/2024-IRB, protocolado como Processo n.º 5997/24, no Sistema Tramitação, o TCMGO aderiu à iniciativa, designando, no Ofício n.º 450/2024-GABPRES, os Auditores de Controle Externo Fernanda de Moura Ribeiro Naves, Marcus Machado de Lima e Maria do Carmo de Jesus Gontijo, membros da Comissão Multidisciplinar Específica de Educação (Coeduc) para realizar o Levantamento formalizado no presente processo.

A Coeduc, instituída pela Portaria n.º 862/2022, da Presidência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, em razão da relevância do tema alusivo à gestão municipal na área da educação, de competência dos jurisdicionados do TCMGO, está prevista como Comissão Permanente de Educação no art. 121 do Regimento Interno do TCMGO (Resolução Administrativa n.º 128/2023).

Essa fiscalização foi realizada em conjunto com outros 27 tribunais de contas brasileiros, a partir de adesão ao convite formulado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB),

¹ Proposta elaborada pelo grupo do Eixo 4: Intersetorialidade na perspectiva da integralidade cidadã, do qual o TCMGO fez parte.

por meio do Ofício n.º 141/2024 – IRB, de 5 de abril de 2024, para realizar a Ação Unificada Nacional na Educação – CTE-IRB, bem como teve como objetivo as ações estabelecidas no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, para melhorar os resultados da alfabetização das crianças até o segundo ano do ensino fundamental.

O escopo do trabalho abarcou as ações previstas no CNCA sob a responsabilidade da União, dos estados e municípios, conforme eixos estruturantes definidos no art. 12 do Decreto n.º 11.556, de 12 de junho de 2023. Para estabelecer a visão geral do CNCA e seu estágio de implantação foram coletadas informações no Ministério da Educação (MEC), no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), nas secretarias estaduais de educação e nas secretarias municipais de educação.

A metodologia para coleta e análise de dados e obtenção de informações se deu por meio de aplicação de questionário estruturado e recebimento de documentos enviados pelas secretarias de educação, leitura dos normativos que estruturam o CNCA e documentos de monitoramento do MEC, análise de base de dados com os resultados das avaliações de alfabetização e distribuição de recursos financeiros. Adicionalmente, foram ouvidos gestores do Inep e do Caed digital sobre a aplicação de avaliações, além de membros da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc-GO) e da Renalfa.

O conjunto de informações permitiu a construção de matriz de risco com os principais eventos e a definição dos níveis de riscos, baseados na probabilidade de ocorrência e impacto nos objetivos ou resultados do programa e a priorização dos riscos contemplando, nesse caso, as possíveis causas e efeitos caso o risco venha a se materializar.

Diante disso, foi estruturado esse relatório, que está assim organizado: esta introdução; a Seção 2, sobre a visão geral do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o estágio de implementação do CNCA nas secretarias municipais de educação do estado de Goiás, que trata dos principais riscos priorizados diante da análise global e específica do CNCA e que merecem atenção para atuação do controle externo. As Seções 3 e 4 referem-se, respectivamente, à conclusão da fiscalização e à proposta de encaminhamento.

A importância desse levantamento reside em dados obtidos pelo Inep/MEC. Segundo o Ministério da Educação (MEC), os impactos da violação do direito humano à alfabetização são dramáticos tanto na continuidade da trajetória escolar dos estudantes quanto do ponto de vista de suas correlações com o aprofundamento da vulnerabilidade social e econômica e das desigualdades regionais, de raça/cor e de gênero.² Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) revelam que 56,4%, das 2,8 milhões de crianças que concluíram o 2º ano do ensino fundamental em 2021, foram consideradas não alfabetizadas na Avaliação da Educação Básica (Saeb). São crianças que ainda não iniciaram uma jornada autônoma no mundo da leitura e da escrita.

Analisado o período 2019/2021, os dados mostram que, do ponto de vista da proficiência média das crianças submetidas à avaliação, houve uma queda no desempenho. Em 2019, 54,8% das crianças avaliadas foram consideradas alfabetizadas, segundo esse critério; em 2021, o percentual caiu para 49,4%. Os dados por unidade da Federação também apresentam uma piora no desempenho dos estudantes no ciclo de alfabetização.

Para instituição do Programa CNCA, o MEC consolidou, por Estado, um panorama da rede pública de educação, com foco nos anos iniciais, com dados do Censo Escolar de 2022 sobre a composição da rede em termos de dependência administrativa e infraestrutura das escolas e sobre a distorção idade-série e aprendizado dos estudantes dos anos iniciais avaliados pelo Saeb, em 2019 e 2021.

Não foram verificadas limitações à realização do levantamento. A fiscalização foi conduzida de acordo com o Roteiro de Levantamento do TCU, bem como em conformidade com o art. 234, do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, que preceitua:

Art. 234. Levantamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:

I – conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes da União, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades

² Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/contexto>.



governamentais no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais;

II – identificar objetos e instrumentos de fiscalização;

III – avaliar a viabilidade da realização de fiscalização.

Passa-se à análise dos dados.

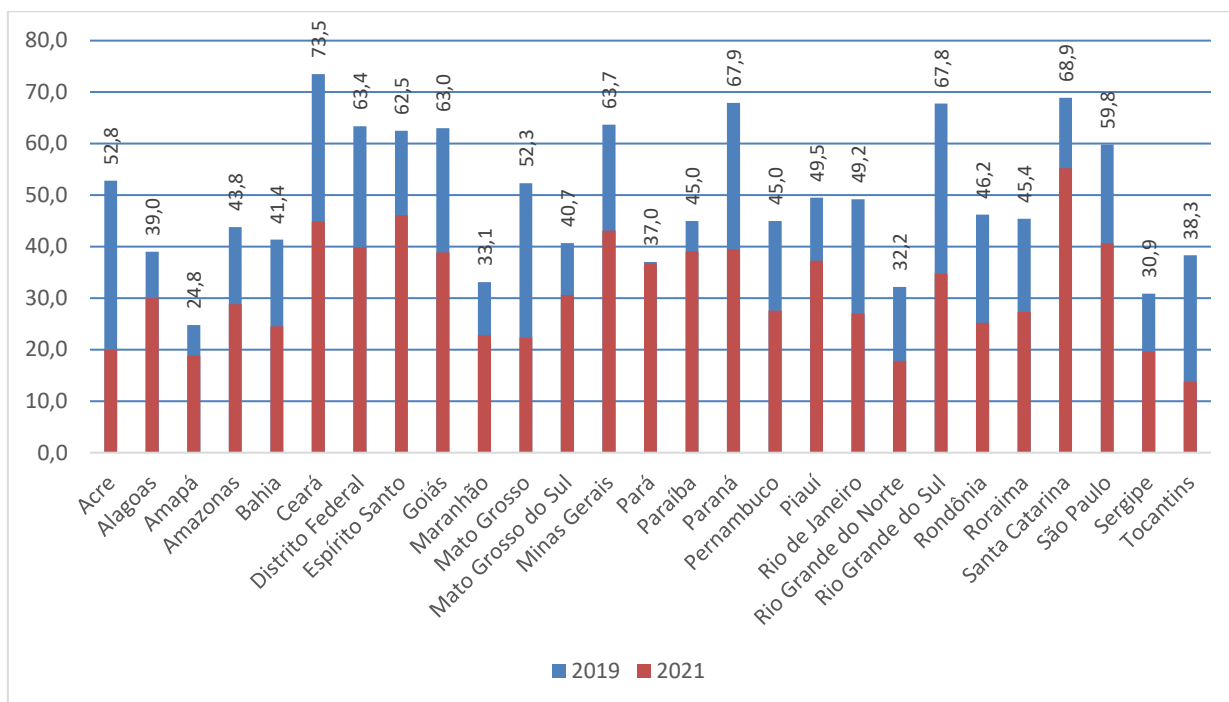
2 O COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA

O Compromisso Nacional Criança alfabetizada (CNCA) foi instituído pelo Decreto n.º 11.556, de 12 de junho de 2023. Essa ação, segundo o próprio Decreto, baseia-se na conjugação de esforços da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras.

O CNCA tem como objetivos: a) implementar políticas, programas e ações para que as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental, e b) promover medidas para recompor as aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e no aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas na rede de ensino dos anos iniciais do ensino fundamental, prioritariamente aquelas que não alcançaram os padrões adequados de alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental.

Diante desses objetivos, cabe contextualizar a situação de alfabetização das crianças brasileiras por ocasião da edição do Decreto n.º 11.556/2023. O Gráfico 1 mostra o percentual de crianças alfabetizadas por estado/DF considerando os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) nos anos de 2019 e 2021.

Gráfico 1 – Comparativo do percentual de crianças alfabetizadas, estados e DF, em 2019 e 2023



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Saeb 2019 e 2021. Os percentuais representam os resultados totais das redes públicas estadual e municipal.

Os resultados de alfabetização regrediram em todas as unidades da Federação no período dos exames. Um dos fatores para essa piora nesses níveis foi a pandemia de Covid, que comprometeu o funcionamento rotineiro das escolas, com prejuízo ao processo de ensino-aprendizagem.

Apesar dessa causa, os resultados de 2019 já mostravam níveis de alfabetização preocupantes, sendo a maior taxa de crianças alfabetizadas de 73,5%, no estado do Ceará, e a menor taxa no estado do Amapá, com 24,8% de crianças alfabetizadas no período pré-pandemia.

Em Goiás, a taxa de crianças alfabetizadas de 63%, em 2019, caiu para 38,9%, em 2021, resultado este extremamente preocupante para o poder público e o povo goiano.

Esse cenário indica a necessidade de se garantir o direito à alfabetização das crianças, preferencialmente no período estipulado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é o segundo ano do ensino fundamental, bem como o

estabelecimento de estratégias para recompor as aprendizagens, como pretendido pelo CNCA.

A participação no Compromisso, segundo Decreto n.º 11.556/2023, dá-se por meio de adesão voluntária do ente federativo, que implica responsabilidade na promoção da qualidade do processo e dos resultados de alfabetização, com atenção para a redução das desigualdades de aprendizagem entre os estudantes nas respectivas esferas de competência.

A adesão ao Compromisso ocorreu em 100% dos estados e no Distrito Federal e em 99,8% dos municípios, segundo dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec). Apenas nos estados de Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso a adesão dos municípios não foi total. Em Goiás, a adesão dos municípios foi de 100%, com a adesão dos 246 municípios ao CNCA.

Diante desse cenário, o MEC entendeu ser urgente redesenhar a política nacional de alfabetização, na perspectiva de retomar os elementos positivos e estruturantes identificados pela literatura científica no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic),³ corrigir seus elementos mais frágeis e redirecionar os esforços nesse campo.⁴ Foi então instituído, pelo Decreto n.º 11.556, de 12 de junho de 2023,⁵ o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas, por meio da conjugação dos esforços da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, cabendo ao Ministério da Educação a coordenação estratégica das políticas, dos programas e das ações decorrentes do Compromisso.

A Pesquisa Alfabetiza Brasil, realizada pelo Inep/MEC em 2023, definiu o ponto de corte para a alfabetização em **743 pontos na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Isso permitiu definir o Indicador Criança Alfabetizada e

³ O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), lançado em 2012 e descontinuado em 2018, teve o propósito de apoiar todos os professores que atuavam no ciclo de alfabetização, incluindo as turmas multisseriadas e multietapa, a planejarem as aulas e a usarem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC às redes que aderissem e desenvolvessem as ações desse Pacto.

⁴ Idem.

⁵ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.556-de-12-de-junho-de-2023-489126833>.



estabelecer metas anuais para atingir a alfabetização de todas as crianças até 2030, apresentados para a rede pública, com referência ao Brasil e à Goiás, na tabela a seguir. Essa iniciativa é fundamental para monitorar e avaliar a qualidade da alfabetização e o Compromisso, assim como a implementação dos sistemas estaduais, em articulação com o Inep/MEC.

A Tabela 1 exibe alguns indicadores do Brasil e de Goiás, apurados em anos anteriores e planejados para anos seguintes, a partir de dados disponibilizados pelo MEC.

Tabela 1 – Alfabetização – resultados apurados e metas para anos futuros

VARIÁVEIS	BRASIL (%)	GOIÁS (%)
Alunos alfabetizados – Saeb 2019	55	63
Alunos alfabetizados – Saeb 2021	45	39
Alunos alfabetizados – Sistemas estaduais de avaliação de 2023	56	67
Meta 2024	60	69
Meta 2025	64	71
Meta 2026	67	73
Meta 2027	71	75
Meta 2028	74	77
Meta 2029	77	78
Meta 2030	maior que 80	maior que 80

Fonte: elaborada pela Coeduc, a partir de dados contidos no site do MEC/CNCA/Indicador Criança Alfabetizada Brasil.⁶

Em um regime de colaboração interfederativo, foram estabelecidos elementos técnicos do Compromisso em cinco eixos, com suas finalidades - Gestão e Governança, Formação, Infraestrutura física e pedagógica, Reconhecimento de boas práticas e Sistemas de avaliação. O Quadro 01 mostra os elementos técnicos e as atribuições por esfera de governo.

⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada>.

Quadro 1 – Elementos técnicos do CNCA

EIXO 1 – GESTÃO E GOVERNANÇA Finalidade: garantir que 100% dos municípios e 100% dos estados elaborem e publiquem suas políticas de alfabetização municipal, territorial ou distrital em até 90 dias após a adesão ao Compromisso		
MEC	ESTADOS	MUNICÍPIOS
• Oferecer bolsas para articuladores estaduais, regionais e municipais. • Elaborar as diretrizes e o Guia de Elaboração das Políticas. • Realizar reuniões técnicas com Articuladores e acompanhar o processo de implementação das Políticas de Alfabetização. • Instituir o Comitê Estratégico Nacional do Compromisso – Cenac e instituir a Rede Nacional de Articulação de Gestão e Formação – Renalfa.	• Elaborar Política de Alfabetização do Território Estadual, em articulação com os municípios. • Apoiar os municípios na construção de sua Política Municipal de Alfabetização. • Instituir o Comitê Estratégico Estadual do Compromisso – Ceec. • Indicar os Articuladores Estaduais e Regionais de Gestão e de Formação. • Acompanhar a implementação da Política de Alfabetização do Território Estadual.	• Participar da construção da Política de Alfabetização do Território Estadual. • Elaborar sua Política Municipal de Alfabetização, em alinhamento com o Estado e o Compromisso Nacional. • Indicar o Articulador Municipal de Gestão do Compromisso. • Acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização.
EIXO 2 – FORMAÇÃO Finalidade: garantir que 100% dos municípios e 100% dos estados implementem sua Política de Formação de Gestores(as) Escolares e sua Política de Formação de Professores(as) Alfabetizadores(as)		
MEC	ESTADOS	MUNICÍPIOS
• Elaborar diretrizes para os programas de formação. • Disponibilizar a plataforma virtual AVA MEC Interativo. • Avaliar e credenciar programas de formação. • Disponibilizar assistência técnica e financeira.	• Elaborar a Política Territorial de Formação, contemplando seus profissionais e os profissionais das redes municipais. • Pactuar com os municípios a formação de profissionais das redes municipais. • Operacionalizar, de modo regionalizado, as ações de formação.	• Aderir à Política Territorial de Formação; ou • Elaborar sua Política Municipal de Formação. • Operacionalizar a formação no âmbito de sua rede/sistema de ensino.

EIXO 3 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA

Finalidade: garantir que 100% dos municípios e 100% dos estados disponham de material didático complementar para a alfabetização, material pedagógico de apoio aos docentes da educação infantil e espaços de incentivo a práticas da leitura apropriados à faixa etária e ao contexto sociocultural, ao gênero e ao pertencimento étnico-racial dos educandos.

MEC	ESTADOS	MUNICÍPIOS
• Elaborar as diretrizes e realizar o processo de avaliação e credenciamento de materiais de apoio elegíveis no Compromisso. • Disponibilizar assistência técnica e financeira para que as redes possam dispor de materiais. • Assistência técnica e financeira do Ministério da Educação promoverá a instalação de espaços de incentivo a práticas da leitura.	• Realizar, em articulação com municípios, a escolha e indicação dos materiais didáticos complementares e pedagógicos para o território. • Garantir a distribuição dos materiais nas unidades educacionais do território.	• Aderir à seleção e indicação dos materiais didáticos complementares e pedagógicos feitas no âmbito territorial. • Realizar a escolha e indicação dos materiais para sua rede. • Garantir a distribuição nas unidades educacionais.

EIXO 4 – RECONHECIMENTO DE BOAS PRÁTICAS

Finalidade: identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização.

MEC	ESTADOS	MUNICÍPIOS
• Elaborar diretrizes para identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização. • Reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão no campo da garantia do direito à alfabetização desenvolvidas por secretarias municipais, distrital e estaduais de educação.	• Reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão no campo da garantia do direito à alfabetização desenvolvidas por secretarias municipais de educação e escolas.	• Reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão no campo da garantia do direito à alfabetização desenvolvidas por escolas e por professores.

EIXO 5 - SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

Finalidade: promover a articulação entre os sistemas de avaliação educacional da educação básica, para a tomada de decisões de gestão, no âmbito da rede de ensino, da escola e do processo de ensino-aprendizagem e disponibilização de instrumentos diversificados de avaliação da aprendizagem dos educandos.

MEC	ESTADOS	MUNICÍPIOS
• Construir os parâmetros e métricas orientadores das escalas de avaliação. • Executar o Saeb Alfabetização. • Construir, com estados, parametrização das matrizes de avaliação nacional e estaduais. • Oferecer avaliações diagnósticas e formativas de apoio ao professor e às redes de ensino.	• Alinhar a matriz de avaliação do sistema estadual aos parâmetros definidos pelo Inep. • Executar a avaliação anual de alfabetização, envolvendo as redes municipais de ensino. • Estabelecer a política de avaliação formativa da alfabetização, abrangendo as redes municipais.	• Aderir ao sistema estadual de avaliação da alfabetização. • Aderir à política de avaliação formativa desenhada em nível estadual. ou • Estabelecer sua própria política de avaliação formativa da alfabetização.

Fonte: elaborado pela Coeduc, a partir de dados divulgados pelo MEC.⁷

Em 2023, a Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC elaborou o Plano de Monitoramento e Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada,⁸ a fim de possibilitar a sistematização de dados e o provimento de informações relevantes e tempestivas, que subsidiem os órgãos gestores nas tomadas de decisão e deliberação inerentes às ações do Compromisso. No documento é apresentada uma visão geral da estrutura de indicadores, que deve compor o sistema de monitoramento do CNCA, demonstrada na Figura que segue.

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/compromisso-nacional-crianca-alfabetizada.pdf>.

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/monitoramento-e-avaliacao/plano-de-monitoramento-e-avaliacao-do-compromisso-2023-2026.pdf>.

Figura 1 – Estrutura de indicadores do CNCA

ESTRUTURA GERAL DO SISTEMA DE INDICADORES DO COMPROMISSO		
EIXOS	INDICADORES	FONTE
INDICADORES DE PRODUTO		
Governança e Gestão da Política de Alfabetização	Nº de adesões ao Programa.	SIMEC
	Nº de políticas de alfabetização aprovadas pelo MEC.	
	Nº de adesões às políticas estaduais.	
	Nº de planos de ações cadastrados pelos entes.	AVA-MEC
	Indicadores de participação na Renalfa.	
	Indicadores de formação de articuladores da Renalfa.	
Valores financeiros empenhados com ações de governança e gestão.	SIMEC/SIGEFE	
Formação de profissionais de educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar	Nº de ações de formação elaboradas pelos entes.	SIMEC
	Nº de formações continuadas de professores realizadas.	
	Nº de formações continuadas de gestores escolares realizadas.	
	Valores financeiros empenhados com ações de formação.	SIMEC/SIGEFE
Melhoria e qualificação da infraestrutura física e pedagógica	Número de escolas com banheiro.	Censo Escolar Inep
	Número de escolas com banheiro adequado à educação infantil.	
	Número de escolas com água potável para consumo humano.	
	Número de escolas com abastecimento de água.	
	Número de escolas com energia elétrica.	
	Número de escolas com esgotamento sanitário.	
	Número de escolas com biblioteca.	
	Número de escolas com sala de leitura.	
	Número de escolas com sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE).	
	Número de escolas com sala/ateliê de arte.	
	Número de escolas com sala de música/coral.	
	Número de escolas com sala/estúdio de dança.	
	Número de escolas com sala multiuso (Arte/Música/Dança).	
	Número de escolas com parque infantil.	
	Número de escolas com quadra de esportes (coberta).	
	Número de escolas com quadra de esportes (descoberta).	
	Número de escolas com brinquedos para a educação infantil.	
	Número de escolas com acesso à internet.	
	Número de escolas com acesso à internet para uso no processo de ensino-aprendizagem.	
	Número de escolas com acesso à internet para uso dos alunos.	SIMEC
	Número de livros literários distribuídos (PNLD-Literário).	
	Indicadores de infraestrutura para construção de espaços de leitura demandados e distribuídos (PDDE).	
	Indicadores de infraestrutura demandados e executados.	
	Indicadores de materiais pedagógicos suplementares demandados e distribuídos.	
	Valores financeiros empenhados com ações de infraestrutura.	
Sistemas de avaliação	Indicadores de uso das avaliações formativas oferecidas com o apoio do MEC.	Plataforma de Avaliações Formativas
	Indicadores referentes aos sistemas estaduais de avaliação.	Pesquisas
	Valores financeiros empenhados com ações de avaliação.	SIMEC
Reconhecimento e compartilhamento de boas práticas	Indicadores relacionados à premiação - a definir.	SIMEC
	Valores financeiros empenhados com ações de reconhecimento de boas práticas.	SIMEC
INDICADORES DE RESULTADO		
Indicadores de Resultado	Percentual de crianças alfabetizadas.	SAEB - Inep
	Indicadores de desempenho no SAEB 2º ano.	SAEB - Inep
	Indicadores de desempenho no SAEB 5º ano.	SAEB - Inep
	Taxa de distorção idade-série.	Inep
	Indicadores de trajetória (Insucesso).	Inep

Fonte: Quadro 6, constante do Plano de Monitoramento e Avaliação do CNCA, elaborado pela SEB/MEC.



Convém registrar que, em 29 de junho de 2024, o Poder Executivo Federal encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 2.641/2024, estabelecendo um novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2024-2034. O texto prevê dezoito objetivos, compreendidos nas temáticas de educação infantil, alfabetização (tratada no Objetivo 10), ensino fundamental e médio, educação integral, diversidade e inclusão, educação profissional e tecnológica, educação superior, estrutura e funcionamento da educação básica.

3 METODOLOGIA

A instrução do presente processo está em conformidade com o art. 234, do Regimento Interno deste TCMGO, que dispõe sobre a fiscalização mediante levantamento, a ser realizada por este Tribunal, e a metodologia e o cronograma estabelecidos pelo grupo responsável pelo Eixo 4 – Intersetorialidade na Perspectiva da Integralidade Cidadã – do CTE-IRB, a partir da Matriz de Planejamento⁹ elaborada, compreendendo os trabalhos as seguintes etapas:

A) Planejamento (fevereiro a maio/2024)

- a) Elaboração de questionários dirigidos a gestores estaduais de educação e a gestores municipais de educação, abordando aspectos relevantes do CNCA.
- b) Listagem de contatos dos gestores municipais de educação e articulação com a UNDIME e Renalfa.
- c) Entrevista com a equipe do MEC sobre o sistema de acompanhamento do CNCA.

B) Execução (junho a agosto/2024)

- a) Envio dos questionários para preenchimento por parte dos gestores responsáveis, com obtenção de 100% de resposta de Goiás (246 municípios).
- b) Análise e consolidação de dados primários.
- c) Elaboração de Matriz de Riscos.

⁹ Matriz de Planejamento.



- d) Validação de Matriz de Riscos com especialista.
- e) Pesquisa de dados secundários disponibilizados pelo MEC.

C) Elaboração de Relatório de Levantamento (setembro/2024)

4 ASPECTOS ABORDADOS

4.1 Instrumentos de planejamento e governança

A adesão dos estados, municípios e Distrito Federal ao CNCA é voluntária, conforme o disposto nos artigos 6º a 8º do Decreto n.º 11.556/2023, realizada por meio do módulo do Simec. Essa adesão implica responsabilidade do estado e município aderente de promover a melhoria da qualidade do processo e dos resultados da alfabetização. Em Goiás, o governo estadual e os 246 municípios aderiram ao Compromisso.

Da mesma forma, os instrumentos de governança e gestão estão previstos no referido Decreto. São as seguintes as instâncias de liderança política, pactuação federativa e definições estratégicas no âmbito do CNCA:¹⁰

- a) Comitê Estratégico Nacional do Compromisso (Cenac), com cinco representantes do MEC, cinco do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), cinco da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e um do Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais (Consec); e
- b) Comitê Estratégico Estadual do Compromisso (Ceec), em cada estado e no Distrito Federal, composto pelo respectivo secretário de estado da educação e pelos secretários municipais de educação ou seus representantes.

O Cenac foi instituído pelo próprio Decreto n.º 11.556/2023. A composição de membros do Comitê foi definida pela Portaria MEC n.º 1.435/2023,¹¹ decidindo-se

¹⁰ Artigos 13 a 21 do Decreto n.º 11.556/23.

¹¹ Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/pdf/166.Portaria1435Cenac_FlaviaCristinaPani.pdf

também pela formação de uma Comissão de Acompanhamento Permanente do Compromisso, por meio da Portaria MEC n.º 1.773/2023.¹²

Em Goiás, o Ceec foi instituído por meio da Portaria Seduc n.º 4.295, datada de 11 de agosto de 2023,¹³ bem como foi instituído o Regimento Interno do comitê pela Portaria Seduc n.º 3.184, de 24 de junho de 2024.

Para a coordenação executiva e realização das ações de natureza técnica do CNCA, foi prevista a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa),¹⁴ sob a coordenação da Secretaria de Educação Básica/MEC, composta por representantes da SEB/MEC (articuladores nacionais), das secretarias estaduais (articuladores estaduais/distritais), das unidades descentralizadas de gestão educacional dos sistemas estaduais de ensino (articuladores regionais) e das secretarias municipais de educação (articuladores municipais).

A regulamentação da atribuição, composição e funcionamento da Renalfa, assim como a definição de valores da bolsa dos representantes dos entes federativos, se deu por meio da Portaria MEC n.º 1.774/2023.¹⁵ A designação dos articuladores foi realizada pelas Portarias SEB/MEC n.º 47,¹⁶ 56¹⁷ e 62,¹⁸ todas de 2023.

O Estado de Goiás preencheu suas vagas com dois membros estaduais e 245 membros municipais, conforme a Portaria SEB/MEC n.º 62/2023, haja vista que um município não participa do Renalfa.

Conforme o disposto no art. 25 do Decreto n.º 11.556/2023, as secretarias estaduais e municipais que aderirem ao CNCA deverão elaborar suas respectivas políticas de alfabetização. À secretaria estadual cabe elaborar a Política de Alfabetização do Território Estadual, em articulação com os municípios, e apoiá-los na

¹² Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.773-de-1-de-setembro-de-2023-50737_7644.

¹³ Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2023/outubro/diario-oficial-11-10-2023.pdf>, p. 7.

¹⁴ Artigos 22 e 23 do Decreto n.º 11.556/23.

¹⁵ Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.774-%20de-1-de-setembro-de-2023-50_7365760.

¹⁶ Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-47-de-29-de-setembro-de-%202023-51337_0410.

¹⁷ Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/pdf/72.ClippingDOU29.11.2023Renalfa_FlaviaCristinaPani.pdf.

¹⁸ Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/pdf/Portaria62MECRENALFA_FlaviaCristinaPani.pdf.

construção de sua Política Municipal de Alfabetização. Aos municípios, cabe participar da construção da Política de Alfabetização do Território Estadual e elaborar sua Política Municipal de Alfabetização, em alinhamento com o estado e o Compromisso Nacional.

Em 21 de agosto de 2021, por meio da Lei n.º 21.071/2021 que instituiu o Programa de Alfabetização AlfaMais Goiás, por meio do qual o Estado de Goiás, no cumprimento do regime de colaboração, prestará cooperação técnica e financeira aos municípios goianos, que abrange estratégias e metodologias, com vistas à melhoria dos resultados de alfabetização.

Todos os municípios goianos assinaram o Termo de Adesão ao referido Pacto, exceto o de Santa Helena de Goiás. Essa lei também instituiu o Prêmio Escola Referência em Aprendizagem, em regime de colaboração com os municípios goianos, e as premiações foram de R\$ 80.000,00, para as 150 escolas com os melhores resultados em alfabetização, e R\$ 40.000,00, em fomento, para as 150 escolas com resultados menos promissores.

Em resposta ao questionário, 100% dos municípios goianos aderiram ao CNCA, e 95,1% dos municípios aderiram ao PATE. Igualmente, 73,6% dos municípios informaram que possuem uma política de alfabetização instituída.

Figura 2 – Panorâma Compromisso Nacional Criança Alfabetizada



Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/infograficos/panorama-compromisso-nacional-crianca-alfabetizada/goias.pdf>.

Foram enviados, como evidência para a existência de uma política de alfabetização no município, os Termos de Adesão ao Programa AlfaMais Goiás.

Perguntados sobre a agenda de trabalho com os membros designados para atuarem na Renalfa, a frequência informada foi diversificada – 47,5% dos municípios mencionaram contato semanal, 17,1%, mensal, 11,3%, quinzenal, e 9,4%, a cada dois meses. Ademais, 6,5% dos municípios informaram não terem tido contato até o momento e 2% não responderam. A atuação dos membros da Renalfa recebeu avaliação positiva de acima de 90%, com conceitos de bom, ótimo e excelente, em todas as perspectivas das ações desempenhadas, segundo a Portaria do MEC n.º 1.774/2023.

Os apoios técnicos oferecidos mais citados foram com relação a ações formativas para professores, 75,2%, e para gestores de escolas, com 73,2% dos respondentes), alinhamento das ações formativas no território na interlocução entre estado e respectivos municípios (por 66,36%), visita às escolas da rede para mobilizar os gestores e professores para as ações promovidas no âmbito do CNCA (por 65,4%), ações formativas para gestores dos sistemas de ensino (por 52,8%) e construção de planos relacionados ao compromisso (por 49,6%). Além disso, 13,4% dos municípios afirmaram não ter recebido apoio técnico por parte da Renalfa, sendo que 9,2% não responderam.

4.2 Financiamento para alfabetização

O apoio financeiro da União está previsto no Decreto n.º 11.556/2023, artigo 9º, comode natureza supletiva e redistributiva, estabelecendo o artigo 11, inciso III, como estratégia de implementação, a assistência técnica e financeira para a formação de professores e gestores escolares, a disponibilização de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos voltados à melhoria da infraestrutura escolar.

Conforme informações do Relatório de Avaliação do MEC, a assistência técnico-financeira da União disponibilizada aos entes subnacionais é feita por meio de duas atividades distintas: (i) apoio ao desenvolvimento do Plano de Ação do Território Estadual (Pate),¹⁹ para obtenção de assistência financeira pelo PAR, conforme regulamentado pela Resolução MEC n.º 5/2023;²⁰ e (ii) desenvolvimento do Programa de Formação Continuada; Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), voltado aos docentes da educação infantil, operacionalizado por meio de termos de execução descentralizados, celebrados com universidades federais.

No que tange às ações para a melhoria da infraestrutura pedagógica das escolas, três atividades são identificadas pelo MEC: (i) disponibilização de material didático suplementar; (ii) disponibilização de recursos pedagógicos, equipamentos e outros materiais; e (iii) instalação de espaços de incentivos a práticas de leitura nos ambientes escolares. Cada atividade vem sendo financiada de uma forma: a (i), por meio do Pate/PAR; a (ii), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); e a (iii), pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Interativo.

No que tange aos municípios, em resposta ao questionário, apenas 32,9% informaram ter havido aumento do orçamento de 2023 para 2024 devido à adesão ao CNCA, enquanto 17,4% informaram que o aumento do orçamento não foi em decorrência dessa adesão.

Quanto ao apoio financeiro da União para alfabetização em 2023 ou 2024, em decorrência do CNCA, **85,7% afirmaram não ter ocorrido**, contudo, ao responderem à mesma questão em relação ao apoio do Estado, **52,4% afirmaram terem recebido apoio financeiro em decorrência do CNCA**.

No entanto, ao serem questionados sobre a seleção de alguma escola da rede para receber apoio financeiro, de modo a melhorar e qualificar a infraestrutura escolar

¹⁹ O Plano de Ações do Território Estadual foi instituído pelo MEC como instrumento auxiliar do quarto ciclo do PAR 2021-2024 para a implementação de ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada em regime de colaboração tripartite, entre União, estados e municípios, para atender as demandas do território estadual. Cabe ao MEC disponibilizar o sistema para elaborar o Plano de Ações do Território Estadual por estados e municípios; coordenar a gestão do Pate em âmbito nacional; estabelecer o cronograma anual do Plano e disponibilizar recursos financeiros para assistência financeira voluntária e suplementar para atendimento das demandas do Pate, por meio do PAR.

²⁰ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-5-de-10-de-novembro-de-2023-522513797>.

e pedagógica no âmbito do CNCA, por meio do PDDE, **29,6% responderam positivamente e, destes, 26% responderam que os pagamentos estão ocorrendo regularmente**, porém, **61,7% informaram que não houve recebimento de apoio**.

Quanto à assistência técnica e financeira, em caráter suplementar e voluntário da União, no âmbito do CNCA, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), 81,3% responderam que não e 9,7% que sim, sobre recursos do Pate - 4% dos municípios afirmaram ter partido de demanda do Plano de Ação do Território Estadual (Pate), mas 87,3% dos municípios não responderam a essa questão.

No que tange ao pagamento de bolsas de formação continuada da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa) a profissionais que atuam como articuladores municipais, 94,7% dos municípios confirmaram o recebimento.

Quando questionados sobre o apoio técnico fornecido pelo MEC para a formação destinada a professores, técnicos ou gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização, 72,8% dos municípios avaliaram como ótimo ou bom e 5,7% como regular.

Em entrevista, a Seduc-GO informou que 245 municípios goianos aderiram ao Plano de Ação do Território Estadual (Pate) e somente 1 (um) não, dado que difere das respostas ao questionário, no qual 95,1% responderam que sim e 2,8% responderam que não aderiram.

4.3 Sistemas de avaliação

O Decreto n.º 11.556/2023, nos artigos de 30 a 33, dispõe sobre os sistemas de avaliação para monitoramento do CNCA. O INEP, a quem coube estabelecer diretrizes e orientações para que o Saeb e os sistemas estaduais de avaliação estejam organizados de forma complementar no processo de avaliação da qualidade da alfabetização, publicou a Portaria Inep/MEC n.º 351/2023,²¹ instituindo, ainda, a

²¹ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-351-de-4-de-agosto-de-2023-%20501180278>.

Comissão de Apoio à Articulação entre os sistemas de avaliação da Educação Básica, composta por cinco representantes do Inep, cinco das secretarias estaduais indicados pelo Consed (um para cada região do País), cinco das secretarias municipais de educação indicados pela Undime (um para cada região do País) e um representante das secretarias de educação das capitais, indicado pelo Consec.

O Relatório de Avaliação do MEC destaca que, até o fim de 2023, não havia sido disponibilizado, às redes estaduais e municipais, o sistema para avaliação periódica de leitura, língua portuguesa e matemática, previsto no art. 30, incisos II e III do Decreto n.º 11.556/2023, embora ele já tenha sido contratado.

Em 9 de agosto de 2021, foi criado, por meio da Lei Estadual n.º 21.071, o AlfaMais – Regime de Colaboração em Educação do Estado de Goiás, com metodologia, conteúdos e gestão administrativa próprios. Sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, previu-se o apoio técnico do Estado aos sistemas de ensino/redes que aderissem, objetivando a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Os municípios pactuantes, por sua vez, comprometeram-se com o esforço comum de elevar índices educacionais mensurados por fontes oficiais, sejam elas estaduais e/ou federais.

De acordo com as respostas aos questionários enviados aos municípios, 93,9% participam da avaliação anual de matemática e língua portuguesa constante do Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica, bem como, destes, 91,8% dos respondentes informaram que esse sistema inclui avaliação da alfabetização das crianças do 2º ano do ensino fundamental.

Igualmente, 58,5% dos municípios informaram que possuem Sistema Municipal de Avaliação próprio, composto por avaliação de língua portuguesa e matemática, com aplicação realizada pelo próprio município ou por instituição contratada. Quando questionados sobre a avaliação da alfabetização dos estudantes do 2º ano do ensino fundamental, 58,1% dos municípios responderam que sim e 38,5% disseram não ter avaliado.

Dos municípios indagados sobre o cadastramento na plataforma digital de avaliações periódicas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, desenvolvida



pelo Ministério da Educação, 82,9% afirmaram estar cadastrados e 9% disseram que não.

Com relação a avaliações periódicas disponibilizadas pelo Ministério da Educação na plataforma digital de avaliações periódicas do CNCA, 37,8% dos municípios explicaram que já aplicam em suas unidades escolares, contudo, 56% responderam que não fazem avaliações periódicas.

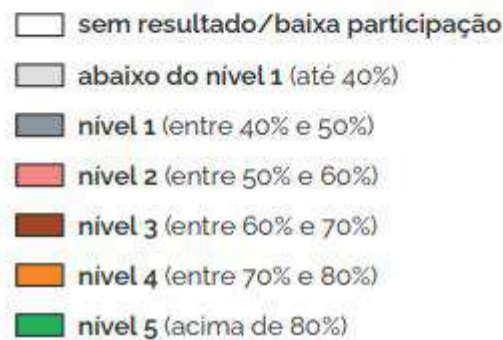
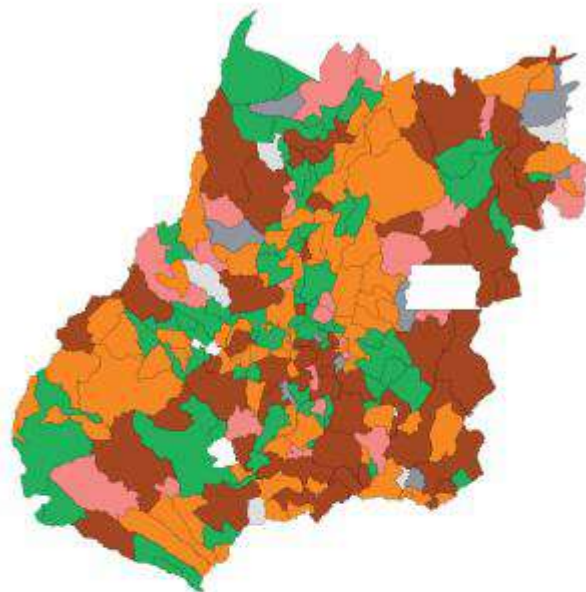
Dos municípios questionados sobre os resultados dos testes formativos periódicos, 28,5% afirmaram que os utilizam para orientar a elaboração de atividades para recuperar os conteúdos estudados; 28,1%, para retomar conteúdos com os estudantes que não tiveram desempenho satisfatório; 28,1%, para estabelecer monitorias ou aulas de reforço para apoiar o desenvolvimento dos conhecimentos ainda não adquiridos; e 7,7% como diagnóstico de que ações complementares para superar as defasagens de aprendizagem devem ser realizadas.

Verifica-se que 75,7% dos municípios afirmaram possuir sistema próprio para avaliações periódicas, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento de estudantes em diferentes dimensões da alfabetização. Quanto aos componentes avaliados, 65% avaliam leitura; 67%, escrita; 70%, fluência em leitura; e 44,8%, matemática.

Com referência à existência de materiais produzidos para apoiar os professores da rede na avaliação periódica dos estudantes, o percentual de resposta positiva foi razoável para todos os anos do Ensino Fundamental I: 69%, para o 1º ano; 77,2%, para o 2º; 64,5%, para o 3º; 63,8%, para o 4º, e 70,3%, para o 5º ano.

Em 2024, o Ministério da Educação divulgou os resultados de indicadores do CNCA e, com base nos sistemas estaduais de avaliação, Goiás atingiu todas as metas previstas para 2023. O site do MEC disponibiliza as Planilhas de Indicadores Criança Alfabetizada UF (rede pública) e Indicadores Criança Alfabetizada Município. Da análise da planilha Município, referente a redes municipais, por nível de alfabetização (de 0 a 5), tem-se a seguinte situação em Goiás:

Gráfico 1 – Municípios por nível de alfabetização



Fonte: Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - GOIÁS (inep.gov.br).

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-da-alfabetizacao/resultados>

A Tabela 2 a seguir apresenta a relação dos municípios por cada nível de alfabetização.

Tabela 2 – Municípios goianos por nível de alfabetização

Regional de Ensino	Município	Prefeito	Mandato	Nº. Alunos 2º ano	% Alunos Alfab.	% Part. Saego/Alfa 2023	Nível de Alfabetização
Águas Lindas	Águas Lindas de Goiás	Lucas de Carvalho Antonietti	1º	3244	48,9	86,58	1
	Mimoso de Goiás	Rosangela Alves dos Reis	1º	30	66,67	95,45	3



	Padre Bernardo	Joseleide Lázaro Luiz da Silva	1º	494	58,23	86,84	2
	Santo Antônio do Descoberto	Aleandro Olívio Caldato	2º	977	42,71	83,71	1
Anápolis	Abadiânia	Jose Aparecido A. Diniz	2º	220	78,96	80,67	4
	Alexânia	Allysson Silva Lima	2º	359	76,28	85,44	4
	Anápolis	Roberto Naves e Siqueira	2º	4235	72,21	86,91	4
	Campo Limpo de Goiás	Graciele Marta do Nascimento	1º	104	86,91	96,4	5
	Cocalzinho de Goiás	Alessandro Otone Barcelos	1º	336	79,53	88,86	4
	Corumbá de Goiás	Francisco Alessandro Fernandes	1º	100	72,1	97,96	4
	Goianápolis	Jeova Leite Cardoso	1º	188	74,4	79,7	4
	Nerópolis	Gil Tavares	2º	378	68,08	92,4	3
	Ouro Verde de Goiás	Rodrigo Pereira Fonseca	1º	53	95,87	88,89	5
	Petrolina de Goiás	Tiago Pacheco de Jesus	1º	57	59,28	88,71	2
	Pirenópolis	Nivaldo Antônio de Melo	1º	385	72,91	90,26	4
	Terezópolis de Goiás	Uilton Pereira dos Santos	1º	106	57,84	87,16	2
Aparecida	Aparecida de Goiânia	Vilmar Mariano da Silva	1º	6399	60,67	83,97	3
	Aragoiânia	José Garcia de Souza	1º	212	54,97	81,4	2
	Bonfinópolis	Kelton Pinheiro	2º	140	58,03	87,25	2
	Caldazinha	Solange Maria Gouveia Castro	1º	60	72,02	98,51	4
	Hidrolândia	José Délio Alves Júnior	1º	376	68,97	88,94	3
	Senador Canedo	Fernando Pellozo	1º	2048	48,52	84,59	1
Campos Belos	Campos Belos	Pablo Geovanni Moreira Batista	1º	248	65,21	90,16	3
	Cavalcante	Vilmar Souza Costa	1º	167	60,19	90,48	3
	Divinópolis de Goiás	Charley Rodrigues Tolentino	2º	72	79,91	86,57	4
	Monte Alegre de Goiás	Felipi de Sousa Campos	1º	110	73,88	96,77	4
	Teresina de Goiás	Kleverton Barbosa de Mello	1º	41	56,82	96,97	2
Catalão	Anhanguera	Marcelo Martins de Paiva	1º	19	80	100	4
	Campo Alegre de Goiás	José Antônio Neto Siqueira	2º	107	79,9	85,71	4
	Catalão	Adib Elias Junior	2º	1107	64,88	81,35	3
	Corumbáiba	Sebastião Rodrigues Gomes Filho	1º	96	71,44	87,88	4
	Cumari	Joao Batista Davi Rios	2º	0	76,19	91,3	4
	Davinópolis	Diogo Rosa Nunes	2º	32	87,08	88,57	5
	Goianira	Allisson Henrique Barbosa Peixoto	1º	61	44,66	83,08	1
	Nova Aurora	João Pimenta de Padua Junior	1º	22	14,29	95,45	0
	Ouvidor	Cebio Machado do Nascimento	1º	99	65,43	89,22	3
	Três Ranchos	Hugo Deleon de Carvalho Costa	2º	31	79,46	78,38	4



Ceres	Carmo do Rio Verde	Geraldo dos Reis Oliveira	1º	87	78,85	86,42	4
	Ceres	Edmario de Castro Barbosa	1º	165	88,1	86,14	5
	Rialma	Frederico Gonçalves Vidigal	2º	121	68,21	90,77	3
	Rianópolis	Gilber Roque Pereira de Miranda	1º	44	76,56	88,64	4
	São Patrício	Danilo Max de Souza Costa	1º	26	89,17	100	5
Formosa	Cabeceiras	Everton Francisco de Matos	2º	95	69,66	94	3
	Flores de Goiás	Altran LopesAvelar Nery	1º	149	66,75	91,18	3
	Formosa	Gustavo Marques de Oliveira	2º	1226	63,28	91,2	3
	Vila Boa	Rubens Francisco Lopes	1º	78	83,76	92,11	5
Goianésia	Barro Alto	Álvaro Machado de Freitas	1º	165	80,55	91,11	5
	Goianésia	Leonardo Silva Menezes	1º	934	79,79	92,94	4
	Jaraguá	Paulo Vitor Avelar	1º	519	82,9	94,26	5
	Jesúpolis	Adriano Peixoto Oliveira	1º	31	100	90,91	5
	Santa Isabel	Cassia Sílvia Caixeta Dourado	2º	39	79,49	100	4
	Santa Rita do Novo Destino	Roberto João de Oliveira	1º	38	87,69	91,43	5
	São Francisco de Goiás	Cleuton Gomes de Moura	1º	84	58,94	94,19	2
	Vila Propício	Waldilei José de Lemos	1º	74	74,44	90,54	4
Goianânia	Goianânia	Rogério Oliveira da Cruz	1º	10139	66,56	81,56	3
Goiás	Araguapaz	Gabriel Fornieles Moreira	1º	64	43,29	90,63	1
	Aruanã	Hermano de Carvalho	2º	107	79,82	82,79	4
	Burit de Goiás	Átila Rúbia de Deus	1º	44	95,35	91,49	5
	Faina	Paulo Roberto Vieira	1º	70	73,62	77,78	4
	Goiás	Aderson Liberato Gouvea	1º	184	67,46	87,64	3
	Mossâmedes	Cacio Moreira Adorno	2º	58	85,24	78,69	5
	Mozarlândia	ValterAleixo	1º	234	51,21	91,47	2
	Sanclerlândia	Itamar Leão do Amaral	2º	97	78,09	81,37	4
Goiatuba	Aloândia	Renato Batista da Silva	1º	0	-	-	-
	Goiatuba	Jose Alves Vieira	2º	466	68,19	91,65	3
	Joviânia	Renis Eustaquio Gonçalves	1º	72	57,9	93,42	2
	Panamá	Jose Willian Coelho de Paula	2º	44	75,33	93,48	4
	Vicentinópolis	Neilton Ferreira de Ozeda	2º	136	78,24	94,2	4
Inhumas	Araçu	Milton Lemes de Paula	1º	50	77,27	88	4
	Brazabrantes	José Tomé Correia Filho	1º	49	48,93	81,25	1
	Caturai	Divina Aparecida Z. Sousa	2º	86	68,4	88,51	3
	Damolândia	Rogério Labanca Neto	1º	32	93,21	91,18	5
	Goianira	Carlos Alberto Andrade Oliveira	2º	1138	69,12	89,44	3
	Inhumas	João Antônio Ferreira	2º	527	81,28	91,26	5
	Itauçu	Clayton Pereira de Melo	1º	67	96,95	87,14	5
	Nova Veneza	Valdemar Batista Costa	1º	118	86,43	88,98	5
	Santa Rosa de Goiás	Ulisses Alves de Brito	1º	44	80,22	91,11	5



	Santo Antônio de Goiás	Kleber Cosme de Freitas	1º	117	91,99	86,89	5
	Taquaral de Goiás	Helio Gontijo de Oliveira	2º	59	69,59	95,16	3
Iporá	Amorinópolis	Gustavo Silva de Oliveira	1º	39	70,75	92,68	4
	Caiaipônia	Argemiro Rodrigues Santos Neto	1º	151	76,59	76,97	4
	Diorama	Altamiro José de Lima	1º	29	100	93,55	5
	Doverlândia	Genilva Katia Rodrigues de Assis	2º	85	78,21	94,44	4
	Iporá	Naçoitán Araujo Leite	2º	367	78,36	88,6	4
	Israelândia	Adelícia Moura da Costa	1º	29	88,14	82,76	5
	Jaupaci	Laerte Dourado dos Santos	2º	31	97,43	88,57	5
	Palestina de Goiás	Eduardo Talvani de Lima Couto	1º	43	79,55	91,67	4
Itaberaí	Americano do Brasil	Moretson da Silva Borges	1º	61	74,3	95,45	4
	Itaberaí	Rita de Cassia Soares Mendonça	1º	556	78,96	90,09	4
	Itaguari	Adelino Souza Aquino	2º	57	85,79	91,23	5
	Itaguaru	Joaquim Fernando Moreira Araújo	1º	52	81,65	90,38	5
Itapaci	Campos Verdes	Haroldo Naves Soares	2º	54	63,71	89,66	3
	Crixás	Carlos S. de Brito Junior	1º	167	66,73	89,41	3
	Guarinos	José Antônio da Silva	2º	21	52,38	95,45	2
	Itapaci	Mario José Salles	2º	266	78,84	90,36	4
	Pilar de Goiás	Tiago Japiassu B. do Nascimento Andrade	1º	24	96,02	90	5
	Santa Terezinha de Goiás	Karla Cristina Moreira Alves	1º	99	84,75	80	5
	Uirapuru	Elivan Ribeiro dos Santos	1º	31	38,84	88,24	0
Itapuranga	Guaraíta	Adna Ferreira de Almeida Martins	2º	31	72,59	81,25	4
	Heitorai	Lucio Pires dos Santos	2º	28	53,58	91,89	2
	Itapuranga	Geraldo Paulo Fernandes	1º	223	81,61	88,6	5
	Morro Agudo de Goiás	Anatair Antonio Santana	2º	24	100	91,67	5
	Uruana	Nei dos Reis Cruz	1º	133	75,58	85,61	4
Itumbiara	Bom Jesus de Goiás	Adair Henriques da Silva	1º	303	75,75	90,94	4
	Buriti Alegre	André de Sousa Chaves	2º	116	69,02	94,55	3
	Cachoeira Dourada	Rodrigo Rodrigues Almeida	1º	109	72,51	95,5	4
	Itumbiara	Dione José de Araujo	1º	1230	69,78	90,75	3
Jataí	Aparecida do Rio Doce	Edy Carlos Gonçalves	1º	45	59,59	87,5	2
	Aporé	Renato Siroto Carvalho	2º	60	61,96	85	3
	Caçu	Ana Cláudia Lemos Oliveira	2º	144	73,23	85,43	4
	Chapadão do Céu	Vinícius Marcondes Camargo Terin- Interino	1º	197	80,04	93,43	5
	Itajá	Renis César de Oliveira	1º	59	81,81	84,38	5
	Itarumã	Ricardo Francisco Goulart	2º	93	76,72	84,27	4



	Jataí	Humberto de Freitas Machado	1º	1211	64,01	89,07	3
	Lagoa Santa	Nucia Kelly de Freitas Oliveira	1º	22	80,95	91,3	5
	Serranópolis	Tácio Dutra	2º	105	54,47	92,45	2
Jussara	Britânia	Marconni Pimenta da Silva	2º	88	82,04	90,32	5
	Fazenda Nova	Marcus Vinicius Azevedo Costa	1º	54	96,67	96,55	5
	Itapirapuã	Erivaldo Alexandre da Silva	1º	92	34,36	93,07	0
	Jussara	Maria Idali da Silva Bontempo	1º	194	58,98	90,43	2
	Matrinchã	Ivânia Alves Fernandes Pessoa	1º	48	59,71	92,98	2
	Montes Claros de Goiás	José Vilmar Maciel	1º	88	66,57	87,63	3
	Novo Brasil	Gabriel Gomes Alves de Castro	1º	49	84,09	88,24	5
	Santa Fé de Goiás	Edmilson Alves dos Santos	2º	78	76,89	91,57	4
	Luziânia	Daniel Sabino Vaz	2º	1101	67,92	92,4	3
	Luziânia	Diego Vaz Sorgatto	1º	3167	64,05	90,92	3
Minaçu	Campinaçu	Douglas Adyel Ribeiro de Faria	1º	44	70,45	97,78	4
	Colinas do Sul	Paulino Batista Vieira	1º	61	62,72	92,98	3
	Minaçu	Carlos Alberto Lereia da Silva	1º	338	75,66	90,83	4
Mineiros	Mineiros	Aleomar de Oliveira Rezende	1º	1026	80,26	89,65	5
	Perolândia	Grete Elisa Balz Rocha	1º	50	77,62	96,15	4
	Portelândia	Marly David Rezende Rodrigues	1º	64	71,68	77,27	4
	Santa Rita do Araguaia	Carlos Tadeu Rocha Vieira	1º	61	78,75	92,54	4
Morrinhos	Água Limpa	José Carlos Guimarães Filho	1º	26	69,57	88,46	3
	Caldas Novas	Kleber Luiz Marra	1º	1255	58,83	90,27	2
	Edealina	Dolores Cristina Leandro Neves	1º	46	76,65	90,38	4
	Marzagão	Solimar Cardoso de Souza	1º	37	92,15	90	5
	Morrinhos	Joaquim Guilherme B. de Souza	1º	518	62,28	88,05	3
	Pontalina	Edson Guimarães de Faria	1º	176	73,38	87,11	4
	Rio Quente	Ana Paula Lima de Oliveira	1º	72	79,26	92	4
Novo Gama	Cidade Ocidental	Fábio Correa de Oliveira	2º	1344	51,3	87,09	2
	Novo Gama	Carlos Alves dos Santos	1º	1154	52,29	87,06	2
	Valparaíso de Goiás	Pabio Correia Lopes	2º	2232	56,69	87,22	2
Palmeiras	Cezarina	Valtenir Gonçalves da Silva	1º	116	41,26	91,13	1
	Edéia	José Wagner Neves de Andrade	1º	135	82,36	93,48	5
	Indiara	Divino Marques de Sousa	2º	231	67,15	93,9	3



	Jandaia	Milena Pereira Lopes Moura	2º	56	77,19	96,83	4
	Nazário	João Batista Carvalho	1º	111	79	93,97	4
	Palmeiras de Goiás	Vando Vitor Alves	2º	366	67,97	88,21	3
	Palminópolis	Franc Helvis Vaz	1º	48	89,15	93,88	5
	Paraúna	Paulo Jose Martins	2º	142	61,83	85,26	3
	Varjão	Rafael Pereira Machado Franco	1º	54	97,74	78,18	5
Piracanjuba	Bela Vista de Goiás	Narcia Kelly Alves da Silva	2º	312	61,22	89,88	3
	Cristianópolis	Juliana Izabel de Paula Costa	1º	39	88,62	83,33	5
	Cromínia	Gilvander Alves Pereira	2º	49	55,88	86	2
	Mairipotaba	Carlos Henrique Rodrigues Pereira	2º	34	97,33	91,67	5
	Piracanjuba	Claudiney Antonio Machado	1º	271	67,96	79,21	3
	Professor Jamil	Ney Fabio de Novaes	1º	32	81,62	88,57	5
Piranhas	Aragarças	Ricardo Galvão de Sousa	1º	238	63,56	88,14	3
	Arenópolis	Delmiro de Oliveira Cano	1º	33	91,53	84,85	5
	Baliza	Fernanda Nolasco Vanderley	2º	38	64,29	100	3
	Bom Jardim de Goiás	Odair Sivrino Leonel	2º	95	79,14	90,91	4
	Piranhas	Marco Rogerio Candido Leite	1º	113	78,1	95,9	4
Pires do Rio	Ipameri	Janio Pacheco	1º	295	64,1	87,83	3
	Orizona	Felipe Antonio Dias	1º	167	86,48	88,73	5
	Palmelo	Renato Damásio Resende	1º	16	28,57	82,35	0
	Pires do Rio	Maria Aparecida Morasco Tomazini	1º	286	67,36	89,4	3
	Santa Cruz de Goiás	Angelo Natal da Paz	1º	36	72,59	87,88	4
	Urutaí	Ailton Martins de Oliveira	2º	28	78,1	90,32	4
Planaltina	Água Fria de Goiás	José Eduardo Oliveira Neto	2º	83	55,81	90	2
	Alto Paraíso de Goiás	Marcus Adilson Rinco	1º	156	82,88	98,73	5
	Planaltina	Cristiomário de Sousa Medeiros	1º	1657	65,51	90,45	3
	São João d'Aliança	Débora Domingues Carvalhêdo Barros	2º	206	81,82	82,86	5
Porangatu	Bonópolis	Deocleciano Araujo de Lira	1º	46	48,9	89,13	1
	Estrela do Norte	Edmar de Assis Silva	1º	40	67,18	95,24	3
	Formoso	Hailson Macedo dos Santos	1º	44	70,81	91,84	4
	Montividiu do Norte	Jacira Martins Fernandes	2º	53	59,37	95,24	2
	Mutunópolis	Luiz Martins de Oliveira	1º	52	92,95	92,31	5
	Porangatu	Vanuza Primo de Araujo Valadares	1º	472	51,66	85,06	2
	Santa Tereza de Goiás	Edson Palmeiras dos Santos	2º	34	96,21	87,1	5
	Trombas	Delvair Ramos Marinho	1º	35	90,94	88,89	5



Posse	Alvorada do Norte	Iolanda Holiceni Moreira dos Santos	2º	105	64,57	94,5	3
	Buritópolis	Ana Paula Soares Dourado	2º	49	49,29	88,89	1
	Damianópolis	Andreia Lins Depollo	1º	54	70,55	91,38	4
	Guarani de Goiás	Janézio Pereira da Silva	1º	43	32,11	83,78	0
	Iaciara	Haicer Sebastião Pereira Lima	2º	174	64,01	89,41	3
	Mambaí	Joaquim Barbosa Filho	2º	110	50,41	95,58	2
	Nova Roma	Eleuses Rodrigues Gonzaga.	1º	42	61,29	85,29	3
	Posse	Helder Silva Bonfim	1º	460	76,16	91,76	4
	São Domingos	Cleiton Gonçalves Martins	2º	127	45,68	86,67	1
	Simolândia	Ildete Gomes Ferreira	1º	70	86,31	87,67	5
	Sítio d'Abadia	Weber Reis Lacerda	2º	40	57,64	91,67	2
Quirinópolis	Cachoeira Alta	Rodrigo Miranda Mendonça	1º	222	73,19	88,66	4
	Gouvelândia	Fausto Caiado Barbosa	1º	72	39,78	87,5	0
	Inaciolândia	Cláudio Henrique Caixeta	1º	72	76,2	90,79	4
	Paranaiguara	José Carlos Barbosa	1º	98	85,71	91,59	5
	Quirinópolis	Anderson de Paula Silva	1º	618	66,97	91,02	3
	São Simão	Fabio Capanema de Souza	1º	269	72,78	88,11	4
Rio Verde	Castelândia	Marcos Antônio Carlos	2º	48	80,99	94	5
	Montividiu	Edson Bueno Coutinho	1º	149	65,97	92,21	3
	Rio Verde	Paulo Faria do Vale	2º	2856	86,06	89,27	5
	Santo Antônio da Barra	José Candido do Nascimento	1º	43	82,48	88,89	5
Rubiataba	Ipiranga de Goiás	Alex De Queiroz	2º	36	93,1	100	5
	Nova América	Cleber Junio de Souza	1º	32	89,9	86,11	5
	Nova Glória	Carlos Luiz de Oliveira	2º	92	81,84	88,17	5
	Rubiataba	Weber Svirino da Costa	1º	245	77,53	92,46	4
Santa Helena	Acreúna	Claudioimar Contin Portugal	1º	267	58,49	88,81	2
	Maurilândia	Edjane Alves de Almeida	2º	159	78,46	92,17	4
	Porteirão	João Henrique Silva	1º	81	83,88	87,06	5
	Santa Helena de Goiás	Joao Alberto Vieira Rodrigues	2º	409	-	-	-
	Turvelândia	Siron Queiroz dos Santos	2º	75	68,16	90,91	3
São Luís de Montes Belos	Adelândia	Edson Vieira de Paula	1º	26	80,95	77,78	5
	Aurilândia	Maria Aparecida Magalhães F. Macedo	1º	34	75,98	89,19	4
	Cachoeira de Goiás	Geraldo Antonio Neto	2º	23	65	83,33	3
	Córrego do Ouro	Murilo Cesar da Silva	2º	23	77,4	95,65	4
	Firminópolis	José Airton de Oliveira	1º	84	76,84	91,01	4
	Ivolândia	Valdesson Vieira Junior	1º	32	80,84	96,55	5
	Moiporá	Wilson José Ferreira	1º	30	-	-	-
	São João da Paraúna	Ubirajara Antônio Duarte Junior	1º	24	87,5	96	5
	São Luís de Montes Belos	Eldecirio daSilva	2º	327	66,51	90,48	3
	Turvânia	Fausto Mariano Gonçalves	2º	54	72,58	87,27	4



São Miguel do Araguaia	Mundo Novo	Marlene Lourenço	1º	76	96,18	97,47	5
	Nova Crixás	Lazaro Valdivino da Silva	1º	168	64,36	85,33	3
	Novo Planalto	Eudes Rodrigues de Araujo	1º	61	84,74	98,31	5
	São Miguel do Araguaia	Azaíde Donizetti Borges Martins	2º	321	86,66	89,76	5
Silvânia	Gameleira de Goiás	Wilson Tavares de Sousa Junior	2º	47	98,15	93,88	5
	Leopoldo de Bulhões	Joao Alecio Mendes	2º	102	77,67	82,56	4
	São Miguel do Passa Quatro	Gilmar Pereira de Souza	1º	51	81,95	84,78	5
	Silvânia	Geraldo Luiz Santana	1º	174	86,01	92,82	5
	Vianópolis	Samuel dos Reis Cotrim	1º	193	89,04	84,88	5
Trindade	Abadia de Goiás	Wander Saraiva de Carvalho	1º	322	59,84	88,15	2
	Anicuns	Paulo Cesar José do Nascimento	1º	174	92,26	94,8	5
	Avelinópolis	Adriano de Araújo	1º	38	71,44	87,5	4
	Campestre de Goiás	Fabiano Queiroz Capuzzo	2º	56	79,35	96,49	4
	Guapó	Colemar Cardoso de Queiroz	2º	272	64,19	83,16	3
	Santa Bárbara de Goiás	Job Martins de Deus	1º	80	78,28	92,05	4
	Trindade	Marden Gabriel Alves de Aguiar Junior	1º	1722	66,34	89,85	3
Uruaçu	Alto Horizonte	Luiz Borges da Cruz	2º	116	66,64	92,74	3
	Amaralina	Dasio Marques Ferreira	1º	38	84,23	80,95	5
	Campinorte	Cleomar Martins de Araújo	1º	194	73,78	91,55	4
	Hidrolina	Eli Gonçalves Siqueira	1º	48	68,26	98,15	3
	Mara Rosa	Flavio Divino Mauricio de Moura	1º	122	69,6	92,8	3
	Niquelândia	Fernando Carneiro	2º	363	72,84	87,57	4
	Nova Iguaçu de Goiás	José Ribeiro de Araujo	1º	50	92,68	90,2	5
	São Luiz do Norte	Elieudes Dias de Moraes	1º	81	75,36	90,91	4
	Uruaçu	Valmir Pedro Tereza	2º	397	69,31	87,79	3

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-da-alfabetizacao/resultados>.

4.4 Formação continuada

De acordo com o artigo 12, inciso II, do Decreto n.º 11.556/2023, um dos eixos estruturantes para operacionalizar as estratégias de implementação do CNCA é a formação de profissionais de educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão.

Cumprindo o previsto no art. 26 do mencionado decreto, o MEC elaborou o documento “Orientações para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, organizado nos seguintes tópicos:

- a formação de profissionais da educação em regime de colaboração;
- o sentido e a importância das estratégias de formação continuada de profissionais da educação;
- as premissas dos processos de formação continuada de profissionais da educação;
- as premissas epistemológicas do processo de alfabetização;
- a arquitetura institucional e os requisitos operacionais para a realização das estratégias de formação de profissionais da educação; e
- os requisitos operacionais para as ações de formação de profissionais da educação no âmbito do Compromisso.

Segundo o Relatório de Avaliação do MEC,²² no que se refere à assistência técnica, o MEC busca ampliar o apoio aos entes federativos em suas ações de formação. Está prevista, também, a oferta de percursos formativos para serem utilizados na formação de professores, gestores e coordenadores pedagógicos do ensino fundamental.

Ao Estado coube elaborar a política territorial de formação, contemplando seus profissionais e os profissionais das redes municipais, pactuando com os municípios a formação desses profissionais e operacionalizando, de modo regionalizado, as ações de formação.

Os municípios, por sua vez, deveriam aderir à Política Territorial de Formação ou elaborar sua Política Municipal de Formação, além de operacionalizar a formação no âmbito de sua rede/sistema de ensino.

²² Idem, página 24.

De acordo com as respostas ao questionário, 73,5% dos municípios declararam possuir política/plano municipal de formação destinada(o) a professores, a técnicos e a gestores educacionais, para a melhoria dos resultados de alfabetização.

Além disso, 73,5% dos municípios afirmaram ter oferecido ação de formação para professores, técnicos e gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização, além daquelas realizadas no Avamec.

Quando questionados sobre o apoio financeiro fornecido pelo MEC para a formação destinada a professores, técnicos ou gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização, 7% dos municípios avaliaram como ótimo e 19,5% como bom; além de 8,2% terem sido avaliados como regular. No entanto, 58,1% dos municípios responderam que até o momento não houve apoio financeiro com essa finalidade.

Figura 3 – Formação com os gestores coordenadores educacionais do AlfaMais Goiás



Fonte: Seduc-GO (Formações AlfaMais Goiás em São Miguel de Araguaia)

4.5 Infraestrutura e materiais suplementares

Os municípios foram questionados se houve elaboração de diagnóstico das necessidades de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais para a melhoria da infraestrutura escolar, no âmbito do CNCA, e 17,1% dos respondentes afirmaram que sim, individualmente; 53,2% confirmaram que sim, em conjunto com a rede estadual de ensino; 14% não e 11% não, mas disseram estar em elaboração.

O recebimento e a distribuição de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais, no âmbito do CNCA, foi confirmado por 81,6% dos municípios. Quanto ao atendimento às necessidades diagnosticadas, 56,5% declararam atenderem, na sua maioria, e 20,30%, de forma total.

Questionados sobre a existência de espaço de incentivo à prática de leitura nas unidades escolares, antes do CNCA, 29,8% afirmaram que havia essa ação em 100% das escolas da rede; 18,7% disseram que existia em mais de 50% das escolas da rede; 14,2% explicaram que existia em mais de 75% de escolas da rede e 5,7% que não existia espaço destinado à prática de leitura em nenhuma escola da rede.

Questionados se já houve a criação de Cantinho da Leitura em escolas da rede municipal, em decorrência do CNCA, 40,7% afirmaram que sim, em parte das unidades de ensino; 37,9% disseram que sim, em todas as unidades de ensino, sendo que 17,9% confirmaram que ainda não houve a criação do Cantinho da Leitura.

4.6 Boas práticas

O reconhecimento e o compartilhamento de boas práticas consiste em um dos cinco eixos estruturantes para implementação do CNCA, conforme art. 12 do Decreto n.º 11.556/2023. Para a operacionalização, o art. 34 define que o MEC e as secretarias estaduais e municipais de educação deverão estabelecer estratégias, em seu âmbito de atuação, para identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão exitosas na alfabetização, desenvolvidas por professores da educação

infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, por equipes gestoras dessas etapas de ensino e por secretarias municipais e estaduais de educação.

A Renalfa-GO ressaltou que a Lei Estadual n.º 21.071/2021, que instituiu o Pacto AlfaMais Goiás, também criou o Prêmio Escola Referência em Aprendizagem. Em maio de 2024, foram premiadas 150 escolas, pelo resultado obtido no Saego-Alfa.

4.7 Intersetorialidade e sociedade civil

Na avaliação das políticas públicas, faz-se necessária uma compreensão ampla e sistêmica da governança multinível, que varia em função do quadro normativo-constitucional de cada política pública, com suas diferentes relações colaborativas e formas de coordenação interfederativa (vertical), intersetorialidade (horizontal ou transversal) e aproximação com atores da sociedade civil (não governamental).

A governança interfederativa está estabelecida como um dos princípios do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada no artigo 3º, incisos I e II, do Decreto n.º 11.556/2023, e foi abordada ao longo deste relatório.

A intersetorialidade caracteriza-se pela integração de diversas políticas, sendo, em alguns casos, essencial para atender o público-alvo em sua integralidade, e não de forma fragmentada. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),²³ no âmbito da coordenação horizontal, discutem-se as necessidades de enfrentamento da divisão das instituições em nichos, sem abordagem sistêmica, o que gera visões territoriais fragmentadas e mera justaposição de políticas públicas.

O desenvolvimento pleno do estudante, ou seja, em todas os aspectos – físico, cognitivo, emocional, socioeconômico e cultural –, é intrínseco ao conceito de educação integral, requerendo a articulação entre diferentes setores da gestão para

²³ OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Auditoria de políticas públicas descentralizadas no Brasil: abordagens colaborativas e baseadas em evidências para melhores resultados. **OECD Publishing**, Paris, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/f02bdf5e-pt>.

o diálogo permanente durante o planejamento, a execução e o monitoramento das políticas.

No contexto da Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, em que pese a centralidade da escola e da política de educação, torna-se imprescindível a transversalidade com outros setores, tais como a saúde (para promoção da saúde física e emocional) e a assistência social (para enfrentamento das questões sociais).²⁴

Dos municípios, em resposta ao questionário, 25,4% informaram existir comitê ou grupo de trabalho intersetorial no governo municipal que abranja participantes além da área de educação (tais como saúde, assistência, segurança, trabalho), para discutir e propor ações de apoio às famílias ou estudantes em idade de alfabetização; 45,3% declararam a existência, porém não exclusivo para a alfabetização; e 24,1% informaram a inexistência de Comitê ou grupo de trabalho intersetorial.

Perguntados sobre projetos no governo municipal de outras pastas que não a educação, e que visam apoiar ou desenvolver habilidades nos estudantes em período de alfabetização, 44% negaram a existência da iniciativa; 31,3% disseram que sim, existem e se comunicam com a educação, permitindo uma visão sistêmica da atuação governamental; 18,3% afirmaram que sim, mas são geridos exclusivamente pelas pastas governamentais onde foram criados.

Os municípios foram questionados sobre a existência de algum projeto desenvolvido com as famílias para envolvê-las e potencializar a alfabetização dos estudantes até o 2º ano do ensino fundamental, tendo 49,8% dos respondentes dito que sim; 49,2% informaram que inexistente projeto desenvolvido com as famílias para envolvê-las e potencializar a alfabetização dos estudantes até o 2º ano do ensino fundamental.

Por último, questionados sobre a existência de projetos/programas/ações com organizações da sociedade civil ou outras pastas do governo para apoiar estudantes em estado de vulnerabilidade social que estejam no período de alfabetização, de modo a minimizar as causas que afetam o aprendizado, favorecendo a realização das atividades escolares e o processo de ensino, 37,8% dos municípios responderam que

²⁴ Ver <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/intersectorialidade-articulacao-para-a-busca-do-desenvolvimento-integral-na-educacao>.

sim, apenas com outros órgãos governamentais; 26,6% afirmaram que sim, tanto com órgãos governamentais quanto com organizações da sociedade civil; e 32,1% disseram que não existe nenhum projeto nesse sentido.

5 MAPEAMENTO DE RISCOS DO CNCA

Considerando-se o estágio de implementação do CNCA, optou-se por uma metodologia que avalia essa fase inicial, a partir da entrega dos produtos previstos, sem que seja possível, ainda, verificar se eles contribuem para o alcance dos resultados finais esperados, ou seja, a alfabetização de todas as crianças ao final do 2º ano e a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e no aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas na rede de ensino até o final dos anos iniciais do ensino fundamental.

Desse modo, o grupo de trabalho nacional, do qual esta equipe faz parte, procedeu ao mapeamento dos riscos até então identificados. Foram, na sequência, priorizados oito riscos, após avaliar impacto e probabilidade, dos quais se consideraram possíveis causas, efeitos, impactos e probabilidade de acontecimento, como descrito a seguir:

1. Focalização das ações do CNCA não atingirem de forma equitativa os municípios

Possíveis causas:

- a) diferenças nas capacidades técnicas das redes para acessar financiamento e apoio técnico de programas e ações de alfabetização junto à União e aos estados;
- b) distribuição uniforme de recursos e de ações sem levar em conta as diferenças nas taxas de crianças não alfabetizadas nos diferentes territórios;
- c) ausência de um diagnóstico que alcance a realidade de todas unidades da federação;
- d) insuficiência de recursos para implementação adequada das ações; e



- e) não aplicação dos critérios estabelecidos no decreto que rege o CNCA para garantir uma focalização que leve em conta a diversidade socioeconômica, étnico-raciais, regional e de gênero.

Possíveis efeitos:

- a) aumento das desigualdades regionais em termos de percentual de crianças alfabetizadas;
- b) desigualdade no acesso à educação de qualidade; e
- c) comprometimento das metas estabelecidas para redução das taxas de crianças não alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental.

Impacto: alto

Probabilidade: muito provável

2. Sistemas de avaliações não considerarem, no nível de corte que determina se a criança está alfabetizada, a totalidade dos descritores definidos nos normativos

Possíveis causas:

- a) falta de alinhamento entre avaliações estaduais e Saeb e o art. 12 da Resolução CNE/CP 2/2017; e
- b) ausência de uniformidade nos procedimentos de avaliação que não traduzem, nos descritores das faixas de resultado das avaliações, os elementos necessários para considerar crianças alfabetizada.

Possíveis efeitos:

- a) resultados das avaliações de alfabetização apresentarem inconsistências quanto à consideração de um estudante alfabetizado; e
- b) estudantes avançarem para os níveis mais elevados de conhecimento em termos de ano escolar sem os pré-requisitos necessários.

Impacto: alto

Probabilidade: provável

3. Resultados das avaliações formativas não desencadearem ações de recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentaram insuficiência na aquisição das competências

Possíveis causas:

- a) baixo nível de confiança dos gestores nos resultados da aplicação das avaliações formativas;
- b) formação continuada insuficiente dos educadores na condução de atividades diversificadas com os estudantes;
- c) ausência de estratégias das redes de ensino para recuperar aprendizagens ou falta de aplicação da estratégia de forma sistemática; e
- d) incompletude de ações que garantam a abrangência das habilidades a serem desenvolvidas no ato de alfabetizar segundo definido em normativo.

Possíveis efeitos:

- a) consolidação do déficit de aprendizagem dos estudantes;
- b) baixo nível de comprometimento dos gestores escolares para a mobilização da comunidade escolar para aplicação das avaliações;
- c) desmotivação dos estudantes que se encontram com necessidade de atenção para recuperação das aprendizagens;
- d) manutenção ou agravamento dos índices de crianças não alfabetizadas; e
- e) comprometimento ou dificuldade na aquisição dos conhecimentos previstos nas séries seguintes.

Impacto: alto

Probabilidade: muito provável

4. Ausência de ações diferenciadas para recomposição das aprendizagens dos estudantes do 3º ao 5º ano.

Possíveis causas:

- a) não ampliação das ações formativas e de acompanhamento pedagógico para os professores que atuam do 3º ano em diante;
- b) desconhecimento, por parte das redes de ensino, das necessidades do corpo docente de estratégias e recursos para promover recomposição de aprendizagem.

Possíveis efeitos:

- a) dificuldade no atendimento às necessidades dos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem;
- b) aumento das taxas de retenção ao longo dos anos escolares; e
- c) continuidade dos “gaps” de aprendizagens básicas ao longo dos anos escolares.

Impacto: alto

Probabilidade: provável

- 5. Utilização de materiais didáticos que no seu conjunto não estão alinhados às competências a serem desenvolvidas no período de alfabetização

Possíveis causas:

- a) desconhecimento das necessidades de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais para a melhoria da infraestrutura escolar;
- b) ausência de solicitação/inclusão das necessidades de melhoria de infraestrutura escolar no âmbito do CNCA em algum instrumento de financiamento; e
- c) insuficiência e/ou inadequação de recursos didáticos e pedagógicos.

Possíveis efeitos:

- a) comprometimento do processo de alfabetização das crianças com dificuldade de aprendizagem do 3º ano e da consolidação da alfabetização dos estudantes de 4ª e 5º anos;
- b) atraso no processo de ensino e aprendizagem com os estudantes, impactando a não alfabetização na idade certa; e

- c) criança não alfabetizada por deixar de atender o nível de proficiência adequado para seu ano escolar.

Impacto: alto

Probabilidade: provável

6. Oferta de formação desassociada das necessidades docentes no que se refere ao desenvolvimento de competências e estratégias para promoção da alfabetização

Possíveis causas:

- a) ausência de estabelecimento de plano de formação continuada para professores, técnicos e gestores educacionais, considerando as peculiaridades e necessidades locais, limitando-se à adesão das ações do Pate ou Avamec, sem a elaboração de plano complementar de formação;
- b) falta de diagnóstico das necessidades de formação voltadas para a alfabetização pelas redes de ensino; e
- c) não avaliação dos resultados das formações continuadas.

Possíveis efeitos:

- a) desmotivação dos educadores por estarem envolvidos nos mesmos tipos de formação continuada;
- b) professores com qualificação técnica frágil e desconectados dos conhecimentos, metodologias e materiais que os impedem de alfabetizar os estudantes plenamente;
- c) persistência de lacunas na formação docente e de gestores em áreas eventualmente mapeadas como fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem; e
- d) persistência em estratégias de aprendizagem com baixa eficiência para o aprendizado e que retardam o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.



Impacto: alto

Probabilidade: muito provável

7. Modelo de governança do CNCA não se consolidar ao longo de sua execução

Possíveis causas:

- a) carência quanto ao apoio técnico dos membros da Renalfa na formação dos gestores escolares e dos sistemas de ensino, bem como na elaboração dos planos;
- b) falta de financiamento que suporte a disseminação das capacitações dos articuladores até a ponta;
- c) falta ou atraso na instituição e funcionamento do Comitê Estadual do CNCA; e
- d) desarticulação entre as instâncias de governança do CNCA.

Possíveis efeitos:

- a) inconsistência na implementação de ações do CNCA;
- b) redução da eficácia das ações previstas no CNCA;
- c) manutenção ou agravamento nas desigualdades de oferta de alfabetização nas redes de ensino; e
- d) desigualdades no protagonismo estadual na equalização dos processos de alfabetização no respectivo território.

Impacto: alto

Probabilidade: muito provável

8. Ausência de elaboração e consolidação de Política de Alfabetização própria, alinhada às peculiaridades e aos gargalos locais no processo de alfabetização tempestivo

Possíveis causas:

- a) falta de diagnóstico local para elaboração do plano;
- b) falta de prioridade politico-educacional para elaboração de Política de Alfabetização;
- c) desconexão com orientações e diretrizes nacionais; e
- d) falta de conhecimento técnico para análise dos desafios e elaboração de plano de ação amplo para implementação da política de alfabetização.

Possíveis efeitos:

- a) inadequação de estratégias de alfabetização;
- b) comprometimento da qualidade da alfabetização;
- c) permanência ou agravamento nas taxas de crianças não alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental; e
- d) ineficiência na utilização dos recursos voltados para alfabetização.

Impacto: alto

Probabilidade: muito provável

- 9. Financiamento insuficiente para alfabetização por parte dos municípios, agravado pela carência de apoio financeiro do Estado e/ou União

Possíveis causas:

- a) apoio financeiro inexistente ou insuficiente oriundo do MEC ou Estados para ações voltadas à alfabetização e recomposição de aprendizagem;
- b) não especificação direta de ações que sejam identificadas para alfabetização nos orçamentos;
- c) não inclusão das necessidades intersetoriais na elaboração do orçamento dos municípios para alfabetização; e
- d) contingenciamento dos recursos destinados ao CNCA.

Possíveis efeitos:

- a) ineficácia na implementação das ações;
- b) desmotivação dos profissionais da educação; e



c) persistência ou agravamento dos índices de alfabetização nos territórios.

Impacto: alto

Probabilidade: muito provável

10. Inexistência de mecanismos/projetos/programas/ações que promovam a intersectorialidade e parcerias extragovernamentais e intragovernamentais para fomentar a alfabetização até o fim do 2º ano do ensino fundamental

Possíveis causas:

- a) ausência de uma visão sistêmica no enfrentamento dos problemas que afetam o processo de ensino e aprendizagem;
- b) falta de coordenação e articulação entre os setores que podem contribuir para que as crianças sejam alfabetizadas na idade certa;
- c) desconhecimento das necessidades específicas de setores relevantes nos programas das redes de ensino; e
- d) ausência de diagnósticos detalhados nas redes de ensino de elementos de outras áreas que afetam a alfabetização, que não a educação (ex.: saúde, assistência social e segurança).

Possíveis efeitos:

- a) duplicidade de esforços da ação governamental na solução de problemas que podem afetar a criança no período de alfabetização;
- b) comprometimento da qualidade da alfabetização e não alcance das metas estabelecidas;
- c) falta de cobertura de aspectos que favoreçam a potencialização do processo de alfabetização nas redes de ensino; e
- d) redução da eficácia das ações governamentais.

Impacto: alto

Probabilidade: muito provável



11. O sistema próprio de avaliações periódicas não avalia todas as habilidades necessárias para considerar a criança alfabetizada

Possíveis causas:

- a) falta de definição clara das habilidades a serem avaliadas;
- b) ausência de sistema de avaliação periódica e próprio destinado ao monitoramento do processo de alfabetização e aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem; e
- c) desalinhamento dos instrumentos de avaliação com as diretrizes educacionais ou normativos para considerar criança alfabetizada.

Possíveis efeitos:

- a) incompletude dos diagnósticos da avaliação da alfabetização;
- b) dificuldade na real identificação de necessidades de recomposição de aprendizagens; e
- c) permanência ou agravamento nas taxas de crianças não alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental.

Impacto: muito alto

Probabilidade: provável

6 CONCLUSÃO E SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTOS

Com base nas análises efetuadas pela equipe de levantamento da Coeduc/TCMGO no contexto dos municípios do Estado de Goiás, bem como objetivando mitigar os riscos prioritários mapeados, apresentamos as propostas de encaminhamento a seguir:

I. Internas:

1. promover a divulgação das informações consolidadas obtidas neste levantamento, em informativos e no portal do TCMGO;
2. encaminhar ao Conselheiro Relator e aos membros do Ministério Público junto ao TCMGO o presente relatório;
3. encaminhar à Secretaria Geral de Controle Externo o presente relatório, como subsídio para o planejamento de fiscalização e para o acompanhamento da gestão e análise da prestação de contas anuais dos jurisdicionados.

II. Externas:

1. sugerir à Gerência de Notificação a remessa de cópia deste relatório de levantamento às:
 - a) Presidentes das Câmaras Municipais;
 - b) AudEducação do Tribunal de Contas da União (TCU).
 - c) Membros do Gabinete de Articulação para Efetividade da Política Pública da Educação em Goiás (Gaepe-GO), a saber: Comitê Técnico da Educação do IRB; Instituto Articule; Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCEGO); Vara da Infância e Juventude de Goiânia do TJGO; Centro de Apoio da Educação e Juventude do MPGO; Ministério Público de Contas junto ao TCMGO; Ministério Público de Contas junto ao TCEGO; Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPEGO); Secretaria Estadual de Educação (Seduc-GO); Conselho Estadual de Educação União Nacional dos Dirigentes

Municipais de Educação (Undime); União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); Agência Goiana de Municípios (AGM) e Federação Goiana de Municípios (FGM).

III.Externas:

1. emitir alertas aos Chefes do Poder Executivo Municipal e a Secretários Municipais de Educação, no sentido de:

- a) instituir a Política Municipal de Alfabetização, para aqueles que ainda não o tiverem feito, de forma a direcionar o planejamento municipal na área;
- b) manter e ampliar o apoio financeiro ao processo de alfabetização e apoiar a secretaria de educação do município quanto à capacidade técnica para acessar financiamento e apoio técnico de programas e ações de alfabetização junto à União e ao Estado;
- c) fortalecer os mecanismos para a intersetorialidade das políticas setoriais (a exemplo de saúde, assistência social), a fim de se potencializar o CNCA, inclusive envolvendo a Secretaria de Finanças, garantindo-se recursos;
- d) buscar apoio e parcerias com atores da sociedade civil, engajando-os no processo de melhoria do índice de alfabetização e da aprendizagem no município;
- e) apoiar a secretaria de educação do município para que disponibilize às escolas de sua rede materiais produzidos para apoiar os professores da rede na avaliação periódica dos estudantes e recursos para impressão com qualidade das provas dos ciclos avaliativos do CNCA;
- f) apoiar a secretaria de educação do município para que elabore política/plano municipal de formação destinada(o) a professores, a técnicos e a gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização;
- g) apoiar a secretaria de educação do município para que elabore diagnóstico formal, individualmente, das necessidades de materiais



didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais para a melhoria da infraestrutura escolar, no âmbito do CNCA, ou em conjunto com a rede estadual de ensino;

- h) apoiar a secretaria de educação do município para que sejam aprimoradas estratégias para identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão exitosas na alfabetização, desenvolvidas por professores da educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental e por equipes gestoras dessas etapas de ensino;
- i) apoiar a secretaria de educação do município para que as escolas de sua rede cumpram os requisitos necessários ao acesso a recursos para implantar o Cantinho de Leitura (possuir salas de 1º e 2º anos no Censo 2022 e/ou de estarem adimplentes com o PDDE e possuir conselho escolar ativo), assim como no sentido de dispor de espaço físico suficiente para criar esse ambiente e oferecer informação precisa por ocasião do Censo Escolar;
- j) apoiar a secretaria de educação do município para que as escolas de sua rede participem das avaliações periódicas do CNCA e do Saeb; e
- k) apoiar a secretaria de educação do município para que as escolas de sua rede utilizem os resultados das avaliações periódicas do CNCA e do Saeb para: (i) orientar a elaboração de atividades para recuperar os conteúdos estudados; (ii) retomar conteúdos com os estudantes que não tiveram desempenho satisfatório; (iii) estabelecer monitorias ou aulas de reforço para apoiar o desenvolvimento dos conhecimentos ainda não adquiridos; e (iv) como diagnóstico de que ações complementares para superar as defasagens de aprendizagem devem ser realizadas.

2. Em especial aos municípios classificados no **nível 0** (até 40% de alunos alfabetizados), **nível 1** (entre 40 e 50% de alunos alfabetizados), **nível 2** (entre 50 e 60% de alunos alfabetizados) e **nível 3** (entre 60 e 70% de alunos



alfabetizados), no sentido de envidar esforços para elevar o percentual de alunos alfabetizados nas escolas de sua rede; e

3. aos municípios goianos, para que adotem providências no sentido de viabilizarem a participação dos alunos de sua rede nas avaliações referentes ao CNCA.

COMISSÃO MULTIDISCIPLINAR ESPECÍFICA DE EDUCAÇÃO (COEDUC), em Goiânia, data da assinatura eletrônica.

Maria do Carmo de Jesus Gontijo

Auditora de Controle Externo

Marcus Machado de Lima

Auditor de Controle Externo

Fernanda de Moura Ribeiro Naves

Auditora de Controle Externo

Coordenadora

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n.º 11.556, de 12 de junho de 2023.** Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasil: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **1ª Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada:** Avaliação de Implementação 2023. Brasília, DF: MEC, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Monitoramento e Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.** Brasília, DF: MEC, 2023

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Avaliação da Alfabetização.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/avaliacao_da_alfabetizacao/rondonia.pdf. Acesso em: 7 ago. 2024.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE/MEC n.º 20, de 8 de outubro de 2023.** Institui os procedimentos de seleção e habilitação de propostas de obras de Escolas em Tempo Integral, Creches e Escolas de Educação Infantil Ônibus para o Transporte Escolar no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC. Brasília: FNDE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023/resolucao-no-20-de-8-de-outubro-de-2023.pdf/view>. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE/MEC n.º 22, de 24 de outubro de 2023.** Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas públicas de ensino fundamental anos iniciais, participantes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Brasília: FNDE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/programa-cantinho-da-leitura>. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de gestão de riscos do TCU.** Brasília: TCU: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan), 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Roteiro de Levantamento.** Brasília: TCU: Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), 2018.

GOIÁS. **Lei Estadual n.º 21.071, de 9 de agosto de 2021.** Institui o Programa AlfaMais GOIÁS - Pacto Estadual pela Alfabetização na Idade Certa - e o Prêmio Escola Referência em Aprendizagem, em regime de colaboração com os municípios goianos e dá outras providências. Goiânia: Casa Civil, 2021.



GOIÁS. **Decreto n.º 9.947, de 16 de setembro de 2021.** Autoriza a Secretaria de Estado da Educação a pagar a bolsa de apoio técnico aos servidores que atuarem no Programa de Alfabetização AlfaMais Goiás. Goiânia: Casa Civil, [2021]. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/104306/decreto-9947. Acesso em: 9 out. 2024.

GOIÁS. **Portaria n.º 3.934, de 10 de agosto de 2022.** Prorroga, por mais 12 (doze) meses, a vigência da Portaria n.º 3897/2021 - Seduc, de 30 de setembro de 2021, desta Secretaria de Estado da Educação, constante no Processo n.º 202100006061627. Goiânia: [s.n.], 2022. Disponível em: https://goias.gov.br/wp-content/uploads/sites/40/files/AlfaMais/PORTARIA_PRORROGACAO_DE_VIGENCIA%20PAGAMENTO_LEI_DE_BOLSAS.pdf. Acesso em: 9 out. 2024.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada** – Goiás. Disponível em: https://download.inep.gov.br/avaliacao_da_alfabetizacao/goias.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

IRB – Instituto Rui Barbosa. Comitê Técnico de Educação. **Matriz de Planejamento** – Compromisso Nacional Criança Alfabetizada_atualizada. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/comites/comite-tecnico-de-educacao/#100-3596-wpfd-fiscalizacoes2024>. Acesso em: 20 ago. 2024.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Auditoria de políticas públicas descentralizadas no Brasil: abordagens colaborativas e baseadas em evidências para melhores resultados. **OECD Publishing**, Paris, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/f02bdf5e-pt>.



APÊNDICES



Apêndice A – Matriz de Planejamento Nacional

MATRIZ DE PLANEJAMENTO – LEVANTAMENTO

Objeto: Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), cuja implementação se dá por meio de estratégias de atuação destinadas à melhoria da qualidade da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental e ao combate às desigualdades de aprendizagem, respeitadas as singularidades de cada um desses segmentos da educação básica, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas.

Objetivo do levantamento: Conhecer os elementos inerentes ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a perspectiva intersetorial, bem como intergovernamental e extragovernamental, e identificar objetos e instrumentos de fiscalização a partir da análise de risco desta ação governamental.

ASSUNTO/ TEMA/ PROCESSO	INFORMAÇÕES REQUERIDAS	FONTES DE INFORMAÇÃO	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	O QUE A ANÁLISE VAI PERMITIR DIZER
A – Relação entre os Entes que aderiram ao Compromisso e os resultados de alfabetização dos respectivos estudantes até o 2º ano do EF em Língua Portuguesa por município acima do ponto de corte 743 da Escala de proficiência do Saeb, dos últimos 3 anos.	A1 – Resultados do Saeb. A2 – Adesão do Município, do Estado ou do Distrito Federal ao Compromisso.	- Site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (A1). - Site do MEC – Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (A2). - SIMEC (A2)	- Pesquisa de dados secundários seguida de análise estatística básica (A1, A2) – (Desenvolvimento pelo TCU).	- O percentual de estudantes por município que não atingiu o ponto de corte 743 da Escala de proficiência do Saeb, refletindo a população que deve ser alcançada com as medidas propostas pelo compromisso e se o ente aderiu ao compromisso.
B – Documentos de planejamento para a implementação de políticas, programas e ações no âmbito do Compromisso.	B1 – Planos de trabalho estaduais/ municipais dos entes que aderiram ao compromisso, elaborados e/ou aprovados pelo MEC/Cenac.	- Redes estaduais (B1) - Redes municipais (B1) - MEC (B2)	- Pesquisa e análise documental (B1 e B2).	- Se os planos de trabalho estaduais/ municipais para a implementação de políticas, programas e ações no âmbito do Compromisso foram elaborados pelos entes e/ou aprovados pelo



	B2 - Apoio técnico e financeiro do MEC para elaboração dos planos de trabalho dos entes que aderiram ao compromisso.			MEC/Cenac. - Se são considerados os elementos da governança colaborativa (intersetorialidade, intergovernamentalidade e extragovernamentalidade) nas ações.
C - Política de alfabetização dos entes.	C1 - Política de alfabetização dos entes que aderiram ao compromisso. C2 - Orientações elaboradas pelo Ministério da Educação para elaboração e consolidação das políticas de alfabetização dos entes (Apoio técnico).	- Redes estaduais (C1) - Redes municipais (C1) - MEC (C2)	- Pesquisa e análise documental (C1 E C2). (Desenvolvimento pelos TC's).	- Se a política de alfabetização dos entes encontra-se atualizada e aderente às diretrizes estabelecidas no compromisso pelo MEC.
D - Instituição e atuação do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso - Cenac, ou do Comitê Estratégico Estadual do Compromisso - Ceec.	D1 - Documento que institui o Cenac e sua composição. D2 - Documento que institui o Ceec e sua composição. D3 - Regimento interno do Cenac. D4 - Regimento interno do Ceec. D5 - Atas de reunião do Cenac. D6 - Atas de reunião do Ceec.	- MEC (D1, D3, D5) - Ente estadual (D2, D4, D6)	- Pesquisa e análise documental. (D1, D2, D3, D4, D5, D6). (Aplicação pelo TCU e TCE's em suas respectivas esferas de atuação).	- Se os comitês no âmbito do compromisso estão instituídos com a finalidade, na esfera federal, de realizar a governança sistêmica do compromisso e colaborar com a formulação e a pactuação de esforços de implementação de políticas, programas e ações em defesa da garantia do direito à alfabetização, e, na esfera



				estadual, a gestão das estratégias necessárias à consecução dos objetivos do Compromisso. - Se são considerados os elementos da governança colaborativa (intersectorialidade, intergovernamentalidade e extragovernamentalidade) na composição e atuação dos comitês.
E - Instituição e atuação da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa), com a participação de representantes de todos os entes que aderiram ao compromisso.	E1 - Documento com as atribuições, a composição e o funcionamento da Renalfa. E2 - Planos de trabalho e relatórios dos articuladores de gestão e formação do território estadual ou distrital. E3 - Planos de trabalho e relatórios dos articuladores de gestão, formação e mobilização das redes municipais.	- MEC (E1) - Redes estaduais (E2, E3) - Redes municipais (E2, E3)	- Pesquisa e análise documental (E1, E2, E3).	- Se o Renalfa foi instituído e está atuando para garantir a gestão das ações pactuadas no Compromisso.
F.a – Apoio financeiro da União/estados aos entes estaduais/ municipais no âmbito do Compromisso.	F.a.1 - Repasses da União ao Compromisso. F.a.2 - Repasses do Estado	- MEC (F.a.1) - SIMEC (F.a.1) - FNDE (F.a.1)	- Pesquisa de dados secundários (F.a.1). (Desenvolvimento pelo TCU).	- Se os recursos estão sendo repassados aos municípios, os prazos estabelecidos e as datas de liberação.



	aos municípios para o Compromisso, se for o caso.		- Questionário aplicado junto aos entes estaduais/municipais para identificar eventos divergentes aos registrados em documento (F.a.1).	
F.b – Aumento percentual de recursos para alfabetização dos municípios/ estado (*no caso, o estado que assume o ensino fundamental) com o aporte da União/Estado (Compromisso).	F.b.1 - Recursos próprios dos municípios no programa de alfabetização. F.b.2 - Repasses da União/estados em razão do compromisso. F.b.3 - Programas e dotações dos municípios para a política de alfabetização. F.b.4 - Repasses do estado para a política de alfabetização, à exceção dos recursos para o compromisso, se for o caso.	- Instrumentos de planejamento orçamentários. (F.b.1, F.b.2, F.b.3, F.b.4) - Gestor(a) municipal/ estadual* (F.b.1, F.b.2, F.b.3, F.b.4)	- Pesquisa de dados secundários (F.b.1, F.b.2, F.b.3, F.b.4). - Questionário aplicado junto aos entes municipais para identificar eventos divergentes (F.b.1, F.b.2, F.b.3, F.b.4).	- Incremento de recursos ao município/estado* na política da alfabetização por estar participando do compromisso.
G - Implementação dos sistemas estaduais de avaliação.	G1 - Metodologia/ diretrizes dos sistemas estaduais de avaliação (abrangência e periodicidade das avaliações). G2 - Plano de	- Ente estadual (G1, G2) - Inep (G2)	- Pesquisa de dados secundários e análise documental (G1, G2).	- Se os Estados possuem sistema de avaliação próprio e qual é a abrangência e periodicidade das avaliações. Caso negativo, se estão providenciando a implantação.



	implementação dos sistemas estaduais de avaliação.			
H - Realização de avaliação periódica de leitura, de língua portuguesa e matemática pelas escolas, liderada/coordenada pelas redes municipais e estaduais.	H1 - Diretrizes para a realização de avaliação periódica de leitura, de língua portuguesa e matemática estabelecidas pelas redes escolares. H2 - Cronogramas/calendários de aplicação. H3 - Instrumental de avaliação adotado pelas escolas/redes.	- Redes municipais (H1, H2, H3). - Redes estaduais (H1).	- Pesquisa e análise documental. (H1, H2, H3). - Questionário aplicado junto aos entes estaduais/municipais. (H1, H2, H3).	- Se as escolas realizam avaliação periódica de leitura, de língua portuguesa e matemática. Caso negativo, se estão providenciando a realização.
I - Política de formação destinada a professores, técnicos e gestores educacionais.	I1 - Documentos que estabeleçam a Política de formação destinada a professores, técnicos e gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização. I2 - Planos de formação destinada a professores, técnicos e gestores educacionais considerando o Compromisso. I3 - Registros da realização	- Redes estaduais (I1, I2, I3, I4) - Redes municipais (I1, I2, I3, I4) - MEC (I4)	- Pesquisa e análise documental. (I1, I2, I3, I4) - Questionário aplicado junto aos entes estaduais/municipais para identificar o apoio técnico e financeiro do MEC para a implementação da Política de formação. (I1, I2, I3, I4)	- Se os entes estão comprometidos com a produção e a implementação de políticas públicas consistentes destinadas a garantir oportunidades adequadas de formação e desenvolvimento profissional dos educadores.



	de formação destinada a professores, técnicos e gestores educacionais no âmbito dos objetivos do Compromisso. I4 - Apoio técnico e financeiro do MEC para o desenvolvimento de formação de professores, técnicos e gestores educacionais.			
J - Disponibilização de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais para a melhoria da infraestrutura escolar.	J - Materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais para a melhoria da infraestrutura escolar, recebidos dentro do CNCA. J2 - Diagnósticos pelas redes das necessidades de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais para a melhoria da infraestrutura escolar no âmbito do CNCA. J3 - Cronogramas de entrega de materiais pelo MEC.	- Redes estaduais (J1, J2) - Redes municipais (J1, J2) - MEC (J1, J2, J3)	- Pesquisa e análise documental (J1, J2). - Questionário aplicado junto aos entes estaduais/municipais para identificar recebimentos de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais (J1, J2).	- Se houve/está havendo disponibilização de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais para a melhoria da infraestrutura escolar, no âmbito do CNCA. - Se os materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais para a melhoria da infraestrutura escolar, no âmbito do CNCA, porventura disponibilizados atendem as necessidades diagnosticadas.



K - Práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização.	K1 - Estratégias estabelecidas para identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização, desenvolvidas por: I - professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental; II - equipes gestoras das escolas de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental; e III - secretarias municipais e estaduais de educação, ou órgão equivalente.	- Redes estaduais (K1) - Redes municipais (K1) - MEC (K1)	- Pesquisa e análise documental. (K1) - Questionário aplicado junto aos entes estaduais/municipais. (K1)	- Se estratégias foram estabelecidas para identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização.
L - Espaços de incentivo a práticas de leitura apropriados à faixa etária, ao contexto sociocultural, ao gênero e ao pertencimento étnico-racial dos estudantes.	L1 - Declaração dos gestores L2 - Cronograma de implantação, no caso de não haver espaço específico.	- Redes municipais. (L1, L2) - Redes estaduais (L1, L2) - MEC (L1, L2)	- Pesquisa e análise documental (L1, L2) - Questionário aplicado junto aos entes estaduais/municipais (L1, L2)	- Se a infraestrutura escolar dispõe de espaços de incentivo a práticas de leitura apropriados à faixa etária, ao contexto sociocultural, ao gênero e ao pertencimento étnico-racial dos estudantes ou se planejaram a implantação desses espaços.



Apêndice B – Questionário eletrônico elaborado pelo TCU e encaminhado às Secretarias Municipais de Educação goianas

27/05/2024, 15:08

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

Questionário elaborado como instrumento de coleta de dados relativo ao Levantamento realizado pelo Tribunal de Contas no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Prezado participante,

com o intuito de coletar dados e informações sobre a adesão e implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada nesse município, este Tribunal de Contas em cooperação com outros 25 Tribunais de Contas brasileiros desenvolveu o questionário ora submetido a essa secretaria de educação.

As informações fornecidas por meio do questionário irão subsidiar as equipes responsáveis pelo levantamento e permitirão entender como está a execução do Compromisso nesse município.

Pontos de ATENÇÃO:

a) Municípios que **NÃO** aderiram ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada devem responder somente até a questão 5. Em seguida devem navegar até a última página do questionário e enviá-lo.

b) Municípios que aderiram ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada devem navegar e responder as questões de todo questionário conforme orientações contidas nos respectivos comandos de cada uma delas.

Existe(m) 63 questão(ões) neste questionário.

Identificação do respondente pelo município

Nesta seção serão coletadas as informações sobre o responsável designado pela secretaria de educação para apresentar as respostas pelo município.

As questões marcadas com um asterisco são obrigatórias. Assim, o respondente só poderá seguir para as próximas seções do questionário caso essas informações tenham sido inseridas.



27/05/2024, 15:08

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

1 Selecione o Estado *

❗ Escolha uma das seguintes respostas:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Acre
- ☐ Mato Grosso
- ☐ Mato Grosso do Sul
- ☐ Minas Gerais
- ☐ Pará
- ☐ Paraíba
- ☐ Paraná
- ☐ Pernambuco
- ☐ Piauí
- ☐ Rio de Janeiro
- ☐ Rio Grande do Norte
- ☐ Alagoas
- ☐ Rio Grande do Sul
- ☐ Rondônia
- ☐ Roraima
- ☐ Santa Catarina
- ☐ São Paulo
- ☐ Sergipe
- ☐ Tocantins
- ☐ Distrito Federal
- ☐ Amapá
- ☐ Amazonas
- ☐ Bahia
- ☐ Ceará
- ☐ Espírito Santo
- ☐ Goiás
- ☐ Maranhão

<https://contas.tcu.gov.br/pesquisas/index.php/leadm/printablesurvey/na/index/surveyid/230194>

229



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

2 Insira o nome completo do Município. *

Município - UF	
-----------------------	----------------------

Escreva nome do município - unidade da federação. Ex.: Formosa do Rio Preto - BA

3 Insira as informações sobre o responsável pelo preenchimento do questionário em nome da secretaria municipal de educação. *

Telefone	
E-mail	
Cargo/Função	
Órgão de lotação	
Nome Completo	

4 O município aderiu ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
☐ Não

Se a resposta a esta questão for SIM, vá para questão 6.

Se a resposta a esta questão for NÃO, vá para questão 5.



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

5 Caso na questão 4 tenha respondido NÃO, indique qual o motivo ou motivos para não ter aderido ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

❶ Escolha a(s) que mais se adequem(m)

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ O município já possui sua política de alfabetização.
- ☐ Os índices de alfabetização do município estão em crescimento
- ☐ O município não atendeu a requisitos necessários à adesão.
- ☐ O município não possui estrutura para desenvolver o Compromisso.
- ☐ As ações do compromisso não se adequam às necessidades do município para melhorar a alfabetização das crianças

☐ Outros:

Após responder a esta questão vá para a última seção do questionário e envie as suas respostas.

As perguntas do questionário terminam aqui para quem não aderiu ao CNCA, mas é necessário enviar o questionário.

Instrumentos de Planejamento e Governança

Este grupo de questões aborda os mecanismos de planejamento (PATE, Política de Alfabetização) e a instituição e funcionamento dos mecanismos de governança do CNCA, tais como Comitê Estratégico Estadual e Renalfa.

6 O Plano de Ação do Território Estadual (PATE) é um dos instrumentos de planejamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Esse município aderiu ao PATE desenvolvido pelo respectivo estado ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se respondeu SIM nesta questão, vá para a questão 8.



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

7 Caso a resposta à questão 6 tenha sido NÃO, qual(is) o(s) motivo(s) para a não adesão ao PATE estadual ?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Perda do prazo para adesão ao PATE estadual
- ☐ As ações propostas não atacam os problemas diagnosticados pelo município de forma mais específica
- ☐ Já possui ou está em construção um instrumento próprio de planejamento do CNCA.

☐ Outros:

8 Esse município possui uma Política de Alfabetização instituída?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso a resposta nesta questão seja NÃO, vá para questão 10.

9 Caso a resposta à questão 8 tenha sido SIM, envie arquivo contendo a Política de Alfabetização instituída nesse município. Cada arquivo pode ter até 5Mb.

Kindly attach the aforementioned documents along with the survey



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

10 Com que frequência esse município tem tido agendas de trabalho com os membros designados para atuarem na Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Gestão (Renalfa) ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Semanalmente
- ☐ Quinzenalmente
- ☐ Mensalmente
- ☐ A cada 2 meses
- ☐ Até o momento não houve agenda com membros da Renalfa.
- ☐ Outros

11 Que tipo de apoio técnico tem sido prestado pelos membros da Renalfa a esse município ?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Ainda não houve apoio técnico prestado pela Renalfa
- ☐ Alinhamento das ações formativas no território na interlocução entre estado e respectivos municípios.
- ☐ Ações formativas para gestores dos sistema de ensino.
- ☐ Ações formativas para gestores escolas.
- ☐ Ações formativas para professores.
- ☐ Apoio na elaboração da Política de Alfabetização.
- ☐ Visita às escolas da rede para mobilizar os gestores e professores para as ações promovidas no âmbito do CNCA.
- ☐ Apoio na construção de planos relacionados ao compromisso
- ☐ Outros:



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

12 Qual sua percepção em relação à atuação dos membros da Renalfa sob a perspectiva das ações que devem desempenhar segundo Portaria MEC 1.774/2023?

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	1	2	3	4	5
Acompanhamento dos processos pedagógicos.	☐	☐	☐	☐	☐
Liderança.	☐	☐	☐	☐	☐
Implantação dos programas de formação e gestão.	☐	☐	☐	☐	☐
Mobilização.	☐	☐	☐	☐	☐

Utilize os seguintes descritores para os pontos da escala:

1 - Péssimo 2 - Ruim 3 - Bom 4 - Ótimo 5 - Excelente

Financiamento para alfabetização

Nessa seção serão abordados aspectos relativos ao financiamento da alfabetização, englobando informações do orçamento do município e o apoio oferecido pela União em decorrência do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

13 Qual foi o valor nominal do orçamento desse município destinado à alfabetização no ano de 2023 e no ano de 2024?

	2023	2024
Valor orçamento		

Use apenas vírgula para separar os centavos. Não utilize ponto entre as classes.



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

14 Caso tenha havido aumento do orçamento desse município para alfabetização de 2023 para 2024, isso se deve à adesão ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada ? **(Se não houve aumento, marcar "não se aplica")**

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não se aplica

15 Houve algum tipo de apoio financeiro do estado (UF) a esse município para alfabetização em 2023 ou em 2024, em decorrência do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Não
- ☐ Sim, e foi decorrente do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
- ☐ Sim, mas não foi em decorrência do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
- ☐ Outros

16 Houve algum tipo de apoio financeiro da União ao município para alfabetização em 2024 em decorrência do CNCA ? (Exceto PDDE)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso a resposta a esta questão seja NÃO, vá para a questão 18.

<https://contas.tcu.gov.br/pesquisas/index.php/admin/printablesurvey/sa/index/surveyid/239194>

8/29



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

17 Caso a resposta à questão 16 tenha sido SIM, informe qual o valor recebido até o momento (ano 2024).

Valor recebido

Não inserir ponto para separar as classes. Separar centavos por vírgula

18 Alguma escola da rede foi selecionada para o recebimento de apoio financeiro para a melhoria e qualificação da infraestrutura escolar e pedagógica no âmbito do CNCA por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não tenho conhecimento

Caso a resposta a esta questão seja NÃO ou NÃO TENHO CONHECIMENTO, vá para a questão 20.

19 Caso a resposta à questão 18 tenha sido SIM, os repasses financeiros ocorreram/estão ocorrendo de forma regular (dentro do cronograma) ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não tenho conhecimento



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

20 Esse município foi contemplado com assistência técnica e financeira, em caráter suplementar e voluntário da União, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não, mas já houve solicitação

Caso a resposta a esta questão seja NÃO OU NÃO, MAS JÁ HOUVE SOLICITAÇÃO, vá para a questão 22.

21 Caso a resposta a questão 20 tenha sido SIM, indique por qual modalidade de assistência técnica ou financeira o ente já foi contemplado.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Demanda do território estadual - PATE
- ☐ Demanda individual encaminhada ao MEC/FNDE
- ☐ Ambas, tanto demanda incluída no PATE, quanto demanda individual
- ☐ Outros

27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

22 Os profissionais que atuam como articuladores municipais estão recebendo o pagamento de bolsas de formação continuada da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização - Renalfa ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não tenho conhecimento

Sistemas de Avaliação

Os diversos tipos de avaliação previstos no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada serão abordados nesse grupo de questões. Aqui trataremos do Sistema Estadual/Distrital de Avaliação da Educação Básica e participação dos municípios nesses exames.

Também há solicitação de informações sobre as avaliações periódicas (leitura, português e matemática) utilizadas nas unidades escolares para acompanhamento dos avanços no processo de alfabetização.

23 A rede municipal de ensino participa da avaliação anual de matemática e língua portuguesa constante do Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica da sua unidade da federação ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não tenho ciência da existência de uma sistema estadual de avaliação no estado.

Se a resposta desta questão for NÃO ou desconhece o sistema, então vá para questão 25.

27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

24 Caso a resposta à questão 23 seja SIM, esse Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica do qual esse município participa inclui avaliação da alfabetização das crianças do 2º ano do ensino fundamental ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
☐ Não

25 Esse município possui um Sistema Municipal de Avaliação próprio, composto por avaliação de língua portuguesa e matemática, com aplicação realizada pelo próprio município ou por instituição contratada para esse fim ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
☐ Não

Se a resposta desta questão for NÃO, então vá para questão 28.

26 Se a respsta à questão 25 foi SIM, indique a periodicidade de aplicação dos exames desse Sistema Municipal de Avaliação.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Anual
☐ A cada dois anos
☐ A cada três anos

☐ Outros

Após responder esta questão, vá para questão 28.



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

27 Caso a resposta à questão 25 tenha sido SIM, esse sistema avalia a alfabetização dos estudantes do 2º ano do ensino fundamental?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

☐ Sim

☐ Não

☐ Outros

28 A Rede Municipal de Ensino está cadastrada na plataforma digital de avaliações periódicas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, desenvolvida pelo Ministério da Educação?
(<https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

☐ Sim

☐ Não

29 As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino aplicam aos alunos as avaliações periódicas disponibilizadas pelo Ministério da Educação na plataforma digital de avaliações periódicas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada?
(<https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

☐ Sim

☐ Não

Caso a resposta a esta questão seja NÃO, vá para a questão 31.



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

30 Caso a resposta à questão 29 seja **SIM**, como a rede de ensino e professores utilizam os resultados dos testes formativos periódicos ?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Os resultados não são utilizados pela rede municipal como diagnóstico de que ações complementares para superar as defasagens de aprendizagem devem ser realizadas.
- ☐ Os resultados são utilizados para estabelecer monitorias ou aulas de reforço para apoiar o desenvolvimento dos conhecimentos ainda não adquiridos.
- ☐ Os resultados são utilizados para a retomada de conteúdos com os estudantes que não tiveram desempenho satisfatório.
- ☐ Os resultados são utilizados para orientar a elaboração de atividades para recuperação dos conteúdos estudados.

☐ Outros:

31 A Rede Municipal de Ensino possui sistema próprio para avaliações periódicas visando acompanhar o desenvolvimento de estudantes em diferentes dimensões da alfabetização? (sistema que disponibiliza provas para as unidades escolares da rede de ensino aplicarem periodicamente para seus alunos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se a resposta desta questão for NÃO, vá para questão 36.



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

32 Caso a resposta à questão 31 seja SIM, quais os componentes abaixo são avaliados periodicamente ?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Matemática
☐ Fluência em Leitura
☐ Escrita
☐ Leitura

☐ Outros:

33 Se a resposta à questão 31 foi SIM, indique para quais anos do ensino fundamental I existem materiais (avaliações) produzidas para apoiar os professores da rede na avaliação período dos estudantes.

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ 5º ano
☐ 4ºano
☐ 3º ano
☐ 2º ano
☐ 1º ano



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

34 Caso a resposta a questão 31 tenha sido SIM, indique qual a periodicidade de aplicação das avaliações.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Uma vez ao ano
- ☐ Duas vezes ao ano
- ☐ Três vezes ao ano
- ☐ Conforme planejamento de cada escola e professores ao longo do ano
- ☐ Outros

35 Caso a resposta à questão 31 tenha sido SIM, indique desde que ano existe o sistema de avaliações periódicas para acompanhamento da evolução dos estudantes nessa rede municipal.

	Ano	Ano
----------------------	-----	-----

Formação continuada

O conjunto de questões dessa seção aborda as políticas e planos de formação, bem como pretende avaliar as formações e o apoio técnico e financeiro eventualmente oferecido pelo MEC no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

36 Nesse município foi estabelecida política/plano de formação destinada(o) a professores, a técnicos e a gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

37 Caso a resposta à questão 36 seja SIM, anexar documento que estabeleceu a política/plano de formação destinada(o) a professores, a técnicos e a gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização.

Kindly attach the aforementioned documents along with the survey

38 Em relação aos planos de formação para professores, técnicos e gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização, o que melhor se adequa à situação desse município ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ O município elaborou plano próprio e o complementou/adequou com as ações do PATE para formação.
- ☐ Apenas aderiu às ações do PATE sem que houvesse a elaboração de um plano complementar.
- ☐ O município ainda não elaborou plano de formação próprio e nem aderiu aos constantes do PATE do estado.
- ☐ Outros

39 Houve ação de formação no ano de 2024 para professores, técnicos e gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização, além daquelas realizadas no AVAMEC ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

40 Caso a resposta à questão 39 tenha sido SIM, encaminhe documento que demonstre que ocorreu a ação. Pode ser um relatório de atividade de formação ou lista de frequência, ou fotos da ação de formação .

Kindly attach the aforementioned documents along with the survey

Arquivo até 5MB

41 Qual a sua avaliação quanto ao apoio técnico fornecido pelo MEC para a formação destinada a professores, técnicos ou gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

☐ Ruim

☐ Regular

☐ Bom

☐ Ótimo

☐ Não foram realizadas ações de apoio técnico pelo MEC para a formação destinada a professores, técnicos e gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização.



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

42 Se a resposta à questão 41 foi **ruim ou regular**, o que pode ser melhorado no apoio técnico oferecido pelo MEC para a formação destinada a professores, técnicos e gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ O acesso às plataformas digitais onde são ministradas as ações de formação
- ☐ O apoio logístico antes e depois dos eventos
- ☐ A qualidade do material/informações prestadas
- ☐ A quantidade de eventos
- ☐ Outros:

43 Os cursos ofertados pelo MEC na plataforma AVAMEC estão alinhados às necessidades dessa rede municipal para apoiar os processos de alfabetização e melhorar os resultados do ente?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim, os cursos são plenamente alinhados às necessidades de formação para melhoria da alfabetização na rede.
- ☐ Não, os cursos são parcialmente alinhados às necessidades de formação para melhoria da alfabetização na rede.
- ☐ Não, os cursos não agregam diretamente para melhoria da formação dos profissionais e consequentemente nos resultados de alfabetização das crianças.
- ☐ Não é possível avaliar, pois não houve participação dos professores das redes nos cursos ministrados no AVAMEC.
- ☐ Outros:

27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

44 Como esse município avalia o apoio financeiro fornecido pelo MEC para a formação destinada a professores, a técnicos e a gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

☐ Ruim

☐ Regular

☐ Bom

☐ Ótimo

☐ Até o momento não houve apoio financeiro oriundo do MEC para a formação destinada a professores, técnicos e gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização.

☐ Outros

45 Se a resposta à questão 44 foi **ruim ou regular**, o que pode ser melhorado no apoio financeiro oferecido pelo MEC para a formação destinada a professores, a técnicos e a gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

☐ Melhoria na adequação do montante de recursos para possibilitar as ações de formação.

☐ Disponibilização de recursos de forma tempestiva para aplicação nas ações formativas.

☐ Outros:

Infraestrutura e materiais suplementares

As questões abordadas no âmbito de infraestrutura estão relacionadas ao apoio do MEC para implementação de cantinhos de leitura e espaços que favoreçam a alfabetização, além da disponibilização dos materiais didáticos suplementares para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

<https://contas.tcu.gov.br/pesquisas/index.php/admin/printablesurvey/sa/index/surveyid/239194>

20/29

27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

46 Esse município elaborou formalmente diagnóstico das necessidades de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais para a melhoria da infraestrutura escolar, no âmbito do CNCA?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim, individualmente
- ☐ Sim, em conjunto com a rede estadual de ensino
- ☐ Não, mas está em elaboração
- ☐ Não

47 As necessidades para a melhoria da infraestrutura escolar no âmbito do CNCA foram inseridas em algum instrumento de financiamento?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se a resposta desta questão for NÃO, vá para questão 49.

48 Se a resposta à questão 47 foi SIM, qual (is) instrumento(s) de financiamento foi/foram utilizados para solicitação?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Via PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático, mas de forma suplementar para o CNCA
- ☐ No PDDE, através do Plano de Atendimento (PAF) das escolas
- ☐ No PAR, por meio do instrumento auxiliar PATE - Plano de Ações do Território Estadual

☐ Outros:



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

49 A rede municipal (secretaria) já recebeu materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais, no âmbito do CNCA?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

☐ Sim

☐ Não

Se a resposta desta questão for NÃO, vá para questão 52.

50 Caso a resposta à questão 49 tenha sido SIM, a rede municipal (secretaria) já realizou a distribuição nas unidades educacionais dos recursos pedagógicos, equipamentos, materiais e outros insumos recebidos no âmbito do CNCA?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

☐ Sim

☐ Não

☐ Outros

Se a resposta desta questão for NÃO, vá para questão 52.



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

51 Caso a resposta à questão 49 tenha sido SIM, os recursos pedagógicos, equipamentos, materiais e outros insumos, recebidos e distribuídos para a implementação de programas de alfabetização, atendem às necessidades diagnosticadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Não,
- ☐ Sim, na sua maioria
- ☐ Sim, totalmente
- ☐ Ainda não foi possível avaliar

52 Sobre a existência de espaço de incentivo à prática de leitura nas unidades escolares, **anteriormente ao CNCA**, qual a opção que melhor reflete a situação da rede municipal de ensino.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Não existia em nenhuma das escolas da rede.
- ☐ Existia em até 25% das escolas da rede.
- ☐ Existia em mais de 25% até 50% das escolas da rede.
- ☐ Existia em mais de 50% até 75% das escolas da rede.
- ☐ Existia em mais de 75% escolas da rede.
- ☐ Existia em 100% escolas da rede.
- ☐ A rede municipal não possui esse diagnóstico.



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

53 Qual a opção que melhor reflete a situação da rede municipal de ensino quanto ao local onde está inserido o espaço de incentivo à prática de leitura?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Existe um espaço de incentivo à prática de leitura conjugado com a biblioteca.
- ☐ Existe uma sala de leitura que é utilizada por todos os estudantes, alternadamente
- ☐ Existe em cada sala de aula um espaço que funciona como Cantinho da Leitura
- ☐ Outros

54 Já houve a criação de Cantinho da Leitura em escola(s) dessa rede municipal, em decorrência do CNCA?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Não
- ☐ Sim, em parte das unidades de ensino.
- ☐ Sim, em todas as unidades de ensino.
- ☐ Não temos esse diagnóstico

Boas práticas

Nesta seção serão abordadas as estratégias de identificação, reconhecimento e disseminação de boas práticas conforme eixo do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

55 Nessa rede de ensino, quem ficou encarregado por propor estratégias para identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas ou de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Servidor(es) nomeado(s) da secretaria de educação
- ☐ Grupo de trabalho inter/multissetorial
- ☐ Setor específico da própria secretaria de educação
- ☐ Ainda não houve estruturação de como será estabelecida estratégia para identificar e reconhecer boas práticas.

☐ Outros

56 Esse município estabeleceu estratégias para identificar reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização para os seguintes profissionais:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Não foram estabelecidas estratégias para identificar , reconhecer e premiar boas práticas.
- ☐ Equipes gestoras das escolas dos anos iniciais do ensino fundamental.
- ☐ Equipes gestoras das escolas de educação infantil.
- ☐ Professores dos anos iniciais do ensino fundamental.
- ☐ Professores da educação infantil.

☐ Outros:



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

57 Já houve disseminação de práticas pedagógicas ou de gestão no campo da garantia do direito à alfabetização em momento anterior ao compromisso?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

☐ Sim

☐ Não

58 Quais meios são utilizados por esse município para disseminar práticas pedagógicas ou de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

☐ Site do órgão.

☐ Inserção em notícias gerais do órgão (sem link específico)

☐ Um portal específico para disseminação de boas práticas

☐ Publicações e periódicos.

☐ Não foram estabelecidos meios de disseminação das boas práticas.

☐ Outros:



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

59 Indique as principais dificuldades encontradas por esse município para identificar, reconhecer e disseminar práticas pedagógicas ou de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização.

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Não há dificuldades
- ☐ Ausência de dados mais precisos sobre projetos desenvolvidos na rede.
- ☐ Desinteresse do público-alvo
- ☐ Falta de meios de divulgação.
- ☐ Falta de recursos técnicos.
- ☐ Falta de recursos financeiros.

☐ Outros:

Intersectorialidade

As causas para dificuldades na alfabetização podem representar fatores extraescolares relacionados às diversas áreas. Dessa forma, nessa seção pretende-se obter informações sobre os mecanismos para promoção da intersectorialidades e a busca de parcerias extragovernamentais e intragovernamentais para reduzir as taxas de crianças não alfabetizadas até o final do 2º ano do ensino fundamental.

60 Existe algum comitê ou grupo de trabalho intersectorial no governo municipal que abranja participantes além da área de educação (tais como saúde, assistência, segurança, trabalho), para discutir e propor ações de apoio às famílias ou estudantes em idade de alfabetização ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Sim, mas não é exclusivo para alfabetização
- ☐ Não



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

61 Existem projetos no governo municipal, de outras pastas que não a educação, e que visam apoiar ou desenvolver habilidades nos estudantes em período de alfabetização?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Não
- ☐ Sim, mas se comunicam com a educação permitindo uma visão sistêmica da atuação governamental
- ☐ Sim, e são geridos exclusivamente pelas pastas governamentais onde foram criados.
- ☐ Outros

62 Existe algum projeto desenvolvido com as famílias para envolvê-las e potencializar a alfabetização dos estudantes até o 2º ano do ensino fundamental ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Sim
- ☐ Não



27/05/2024, 15:06

pesquisas - LEVANTAMENTO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA - MUNICÍPIOS

63 Existem projetos/programas/ações com organizações da sociedade civil ou outras pastas do governo para apoiar estudantes em estado de vulnerabilidade social que estejam no período de alfabetização de modo a minimizar as causas que afetariam o emprendizado, favorecendo a realização das atividades escolares e o processo de ensino?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ☐ Não
- ☐ Sim, apenas com outros órgãos governamentais
- ☐ Sim, apenas com organizações da sociedade civil
- ☐ Sim, tanto com órgãos governamentais quanto com organizações da sociedade civil

Agradecemos a participação dessa secretaria no questionário e ficamos à disposição para eventuais complementações e informações adicionais que esse município entender necessário fornecer para uma caracterização fidedigna na situação de implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada na sua base territorial.

28/06/2024 – 23:00

Enviar questionário

Obrigado por ter preenchido o questionário.



Apêndice C – Respostas aos questionários





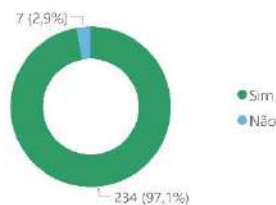
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada Instrumentos de Planejamento e Governança

Unidade Federativa
Goiás

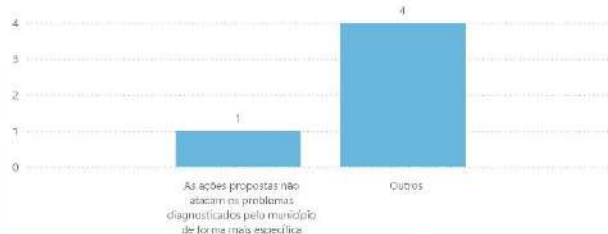
Município
Todos

Limpar Filtros

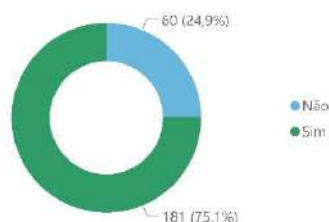
Q6. Municípios que aderiram ao PATE desenvolvido pelo respectivo estado



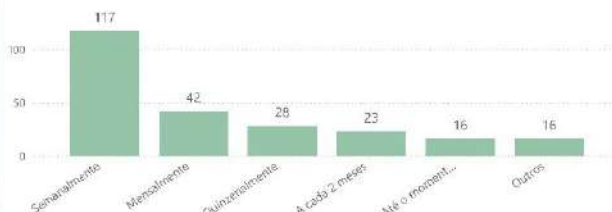
Q7. Dos que não aderiram, os motivos foram:



Q8. Esse município possui uma Política de Alfabetização instituída?



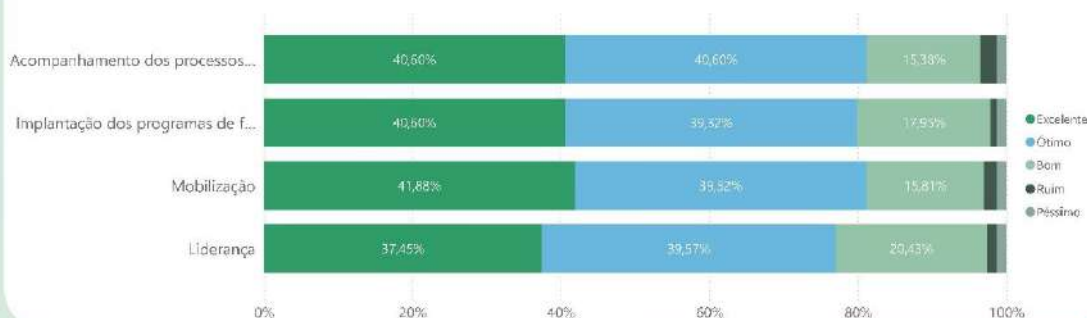
Q10. Com que frequência esse município tem tido agendas de trabalho com os membros designados para atuarem na Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Gestão (Renalfa)?



Q11. Tipos de apoio técnico que tem sido prestados pelos membros da Renalfa a esse(s) município(s):



Q12. Percepção em relação à atuação dos membros da Renalfa sob a perspectiva das ações que devem desempenhar segundo Portaria MEC 1.774/2023:





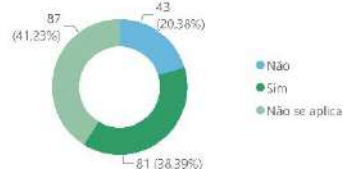
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada Financiamento para alfabetização

Unidade Federativa
Goiás

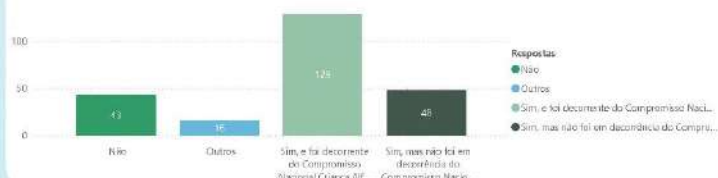
Município
Todos

Limpar Filtros

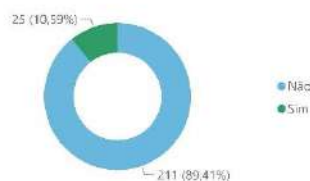
Q14. Caso tenha havido aumento do orçamento desse município para alfabetização de 2023 para 2024, isso se deve à adesão ao CNCA?



Q15. Teve apoio financeiro do Estado (UF) ao município para alfabetização em 2023 ou em 2024, em decorrência do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada ?



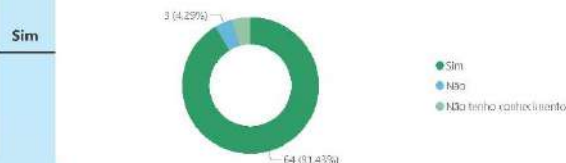
Q16. Houve algum tipo de apoio financeiro da União ao município para alfabetização em 2024 em decorrência do CNCA? (Exceto PDDE)



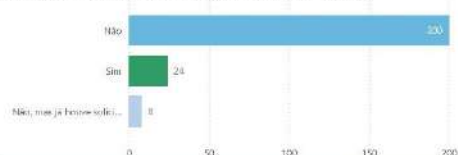
Q18. Alguma escola da rede foi selecionada para o recebimento de apoio financeiro para a melhoria e qualificação da infraestrutura escolar e pedagógica no âmbito do CNCA por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola?



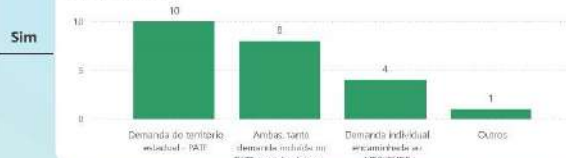
Q19. Se sim, os repasses financeiros ocorreram/estão ocorrendo de forma regular (dentro do cronograma)?



Q20. Os municípios foram contemplados com assistência técnica e financeira, em caráter suplementar e voluntário da União, no âmbito do CNCA, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR)?



Q21. Caso a resposta a questão 20 tenha sido SIM, indique por qual modalidade de assistência técnica ou financeira o ente já foi contemplado:



Q22. Os profissionais que atuam como articuladores municipais estão recebendo o pagamento de bolsas de formação continuada da Renalfa?





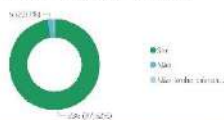
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
Sistema de Avaliação

Unidade Federativa
Goiás

Município
Tafel

Linkar Filhos

Q23. A rede municipal de ensino participa da avaliação anual de matemática e língua portuguesa constante do Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica da sua UF?



SIM

Q24. Caso a resposta à questão 23 seja SIM, esse Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica do qual esse município participa inclui avaliação da alfabetização das crianças do 2º ano do ensino fundamental?

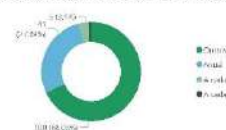


Q25. Esse município possui um Sistema Municipal de Avaliação próprio, composto por avaliação de língua portuguesa e matemática, com aplicação realizada pelo próprio município ou por instituição contratada para esse fim?

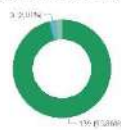


SIM

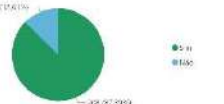
Q26. Se a resposta à questão 25 foi SIM, indique a periodicidade de aplicação dos exames desse Sistema Municipal de Avaliação.



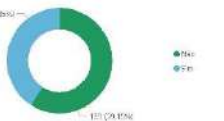
Q27. Caso a resposta à questão 25 tenha sido SIM, esse sistema avalia a alfabetização dos estudantes do 2º ano do ensino fundamental?



Q28. A Rede Municipal de Ensino está cadastrada na plataforma digital de avaliações periódicas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, desenvolvida pelo Ministério da Educação?

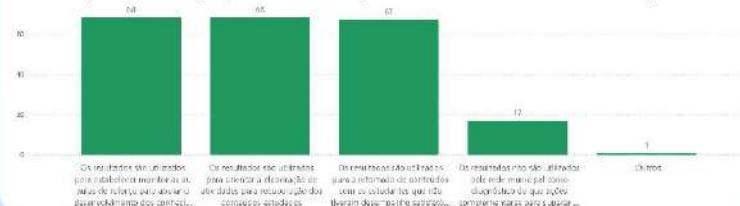


Q29. As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino aplicam aos alunos as avaliações periódicas disponibilizadas pelo Ministério da Educação na plataforma digital de avaliações periódicas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada?

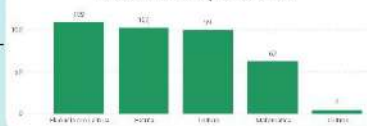


SIM

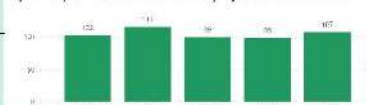
Q30. Caso a resposta à questão 29 seja SIM, como a rede de ensino e professores utilizam os resultados dos testes formativos periódicos?



Q32. Caso a resposta à questão 31 seja SIM, quais os componentes abaixo são avaliados periodicamente?



Q33. Se a resposta à questão 31 foi SIM, indique para quais anos do ensino fundamental I existem materiais (avaliações) produzidos para apoiar os professores da rede na avaliação período dos estudantes.



Q34. Caso a resposta à questão 31 tenha sido SIM, indique qual a periodicidade de aplicação das avaliações.





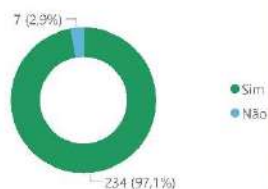
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada Formação continuada

Unidade Federativa
Goiás

Município
Todos

Limpar Filtros

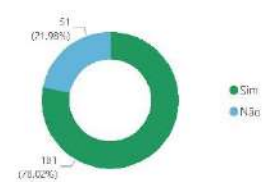
Q36. Nesse município foi estabelecida política/plano de formação destinada(o) a professores, a técnicos e a gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização?



Q38. Em relação aos planos de formação para professores, técnicos e gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização, o que melhor se adequa à situação desse município?



Q39. Houve ação de formação no ano de 2024 para professores, técnicos e gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização, além daquelas realizadas no AVAMEC?



Q41. Qual a sua avaliação quanto ao apoio técnico fornecido pelo MEC para a formação destinada a professores, técnicos ou gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização?



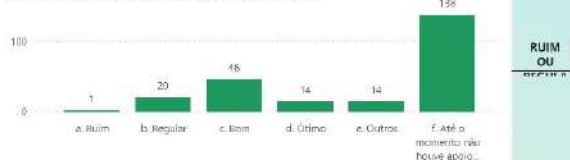
Q42. Se a resposta à questão 41 foi ruim ou regular, o que pode ser melhorado no apoio técnico oferecido pelo MEC para a formação destinada a professores, técnicos e gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização?



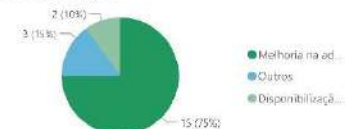
Q43. Os cursos ofertados pelo MEC na plataforma AVAMEC estão alinhados às necessidades dessa rede municipal para apoiar os processos de alfabetização e melhorar os resultados do ente?



Q44. Como esse município avalia o apoio financeiro fornecido pelo MEC para a formação destinada a professores, a técnicos e a gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização?



Q45. Se a resposta à questão 44 foi ruim ou regular, o que pode ser melhorado no apoio financeiro oferecido pelo MEC para a formação destinada a professores, a técnicos e a gestores educacionais para a melhoria dos resultados de alfabetização?



Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
Infraestrutura e materiais suplementares

Unidade Federativa

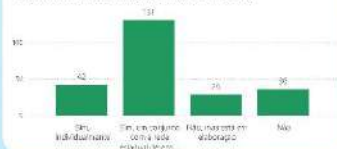
Circle 40

Municipio

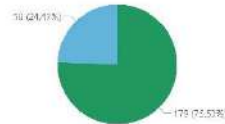
10008

↳ **Unpar Allos**

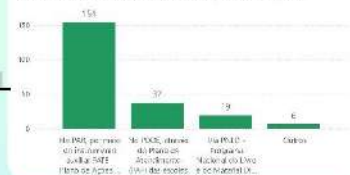
Q46. Esse município elaborou formalmente diagnóstico das necessidades de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais para a melhoria da infraestrutura escolar, no âmbito do CNCA?



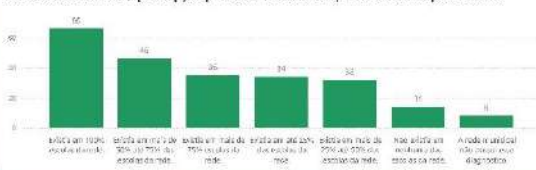
Q47. As necessidades para a melhoria da infraestrutura escolar no âmbito do CNCA foram inseridas em algum instrumento de financiamento?



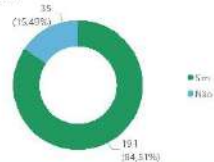
Q48. Se a resposta à questão 47 foi SIM, qual(is) instrumento(s) de financiamento foi/foram utilizados para solicitação?



Q52. Sobre a existência de espaço de incentivo à prática de leitura nas unidades escolares, anteriormente ao CNCA, qual a opção que melhor reflete a situação da rede municipal de ensino.



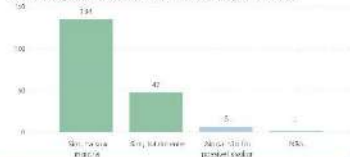
Q49. A rede municipal (secretaria) já recebeu materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais, no âmbito do CNCA?



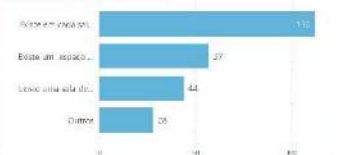
Q50. Caso a resposta à questão 49 tenha sido SIM, a rede municipal (secretaria) já realizou a distribuição nas unidades educacionais dos recursos pedagógicos, equipamentos, materiais e outros insumos recebidos no âmbito do CNCA?



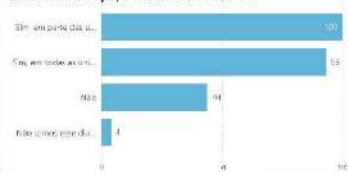
Q51. Caso a resposta à questão 49 tenha sido SIM, os recursos pedagógicos, equipamentos, materiais e outros insumos, recebidos e distribuídos para a implementação de programas de alfabetização, atendem às necessidades diagnosticadas?



Q53. Qual a opção que melhor reflete a situação da rede municipal de ensino quanto ao local onde está inserido o espaço de incentivo à prática de leitura?



Q54. Já houve a criação de Cantinho da Leitura em escola(s) dessa rede municipal, em decorrência do ENCA?



Compromisso Nacional Criança Alfabetizada Boas práticas

Unidade Federativa
Goiás

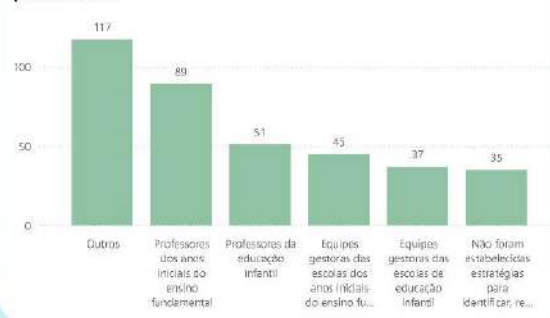
Município
Todos

Limpar Filtros

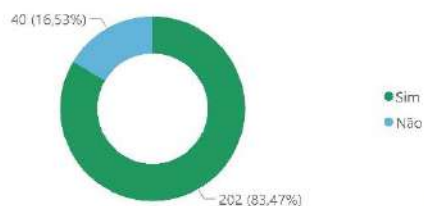
Q55. Nessa rede de ensino, quem ficou encarregado por propor estratégias para identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas ou de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização?



Q56. Esse município estabeleceu estratégias para identificar reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização para os seguintes profissionais:



Q57. Já houve disseminação de práticas pedagógicas ou de gestão no campo da garantia do direito à alfabetização em momento anterior ao compromisso?



Q58. Quais meios são utilizados por esse município para disseminar práticas pedagógicas ou de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização?



Q59. Indique as principais dificuldades encontradas por esse município para identificar, reconhecer e disseminar práticas pedagógicas ou de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização.



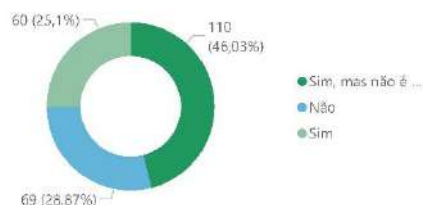
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada Intersectorialidade

Unidade Federativa
Goiás

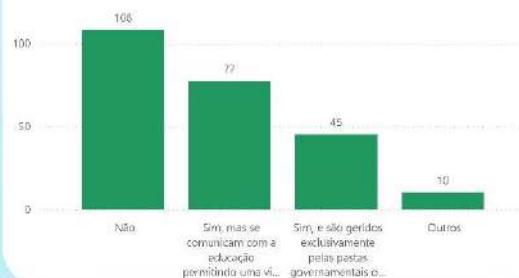
Município
Todos

Limpar Filtros

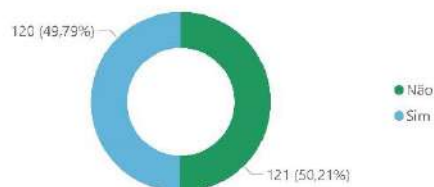
Q60. Existe algum comitê ou grupo de trabalho intersectorial no governo municipal que abranja participantes além da área de educação (tais como saúde, assistência, segurança, trabalho), para discutir e propor ações de apoio às famílias ou estudantes em idade de alfabetização?



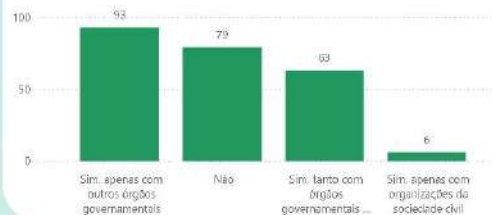
Q61. Existem projetos no governo municipal, de outras pastas que não a educação, e que visam apoiar ou desenvolver habilidades nos estudantes em período de alfabetização?



Q62. Existe algum projeto desenvolvido com as famílias para envolvê-las e potencializar a alfabetização dos estudantes até o 2º ano do ensino fundamental?



Q63. Existem projetos/programas/ações com organizações da sociedade civil ou outras pastas do governo para apoiar estudantes em estado de vulnerabilidade social que estejam no período de alfabetização de modo a minimizar as causas que afetariam o aprendizado, favorecendo a realização das atividades escolares e o processo de ensino?





Apêndice D – Matriz de Riscos Nacionais

DOCUMENTO TÉCNICO DAS EQUIPES DE AUDITORIA

Levantamento Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

Finalidade do objeto de controle (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada):

Garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras. (art. 1º do Decreto 11.556/2023).

Objetivos e resultados pretendidos:

1. Implementar políticas, programas e ações para que as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental (art. 5º, inciso I, do Decreto 11.556/2023)¹;
2. Promover medidas para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e no aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas na rede de ensino até o final dos anos iniciais do ensino fundamental, prioritariamente aquelas que não alcançaram os padrões adequados de alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental (art. 5º, inciso II, do Decreto 11.556/2023).

Outros objetivos e resultados (Marco Lógico do CNCA - Documento de Monitoramento do CNCA):

3. Melhoria das políticas estaduais, com compromisso dos estados com a qualidade da alfabetização ofertadas pelas redes municipais presentes em seu território;
4. Entes federados mobilizados e engajados com o alcance dos resultados de alfabetização de todas as redes;
5. Melhoria das ações de formação, com compromisso dos estados com a qualidade da formação de professores(as) alfabetizadores(as) ofertada pelas redes municipais presentes em seu território;
6. Distribuição dos recursos financeiros para melhoria e expansão da infraestrutura física das escolas no âmbito do Compromisso, com controle e critérios de eficiência;
7. Distribuição dos recursos financeiros para melhoria e expansão da infraestrutura pedagógica das escolas no âmbito do Compromisso, com controle e critérios de eficiência;
8. Livros para instalação de espaços de incentivo a práticas de leitura apropriados à faixa etária nas escolas, com qualidade, segurança e controle dos recursos públicos, permitindo a rastreabilidade das informações;
9. Avaliação de leitura, língua portuguesa e matemática ao longo do processo de alfabetização das crianças, realizada com autonomia e segurança pelas escolas, permitindo correções e ajustes durante o processo formativo dos estudantes;
10. Melhoria da qualidade das avaliações estaduais, por meio do alinhamento às matrizes de referências do SAEB, garantindo coerência ao conjunto das avaliações realizadas nacionalmente e tornando mais eficiente as ações de monitoramento dos resultados da alfabetização pelos entes;
11. Monitoramento dos resultados da alfabetização com periodicidade anual, permitindo correções e ajustes durante o processo formativo dos



estudantes;

12. Indução de melhoria nas práticas pedagógicas e de gestão no campo da garantia do direito à alfabetização;

¹ Segundo definido pelo MEC a criança será considerada alfabetizada ao alcançar pelo menos 743 pontos na escala do SAEB. A meta é 80% das crianças alfabetizadas em 2030. Essa mesma medida está no PL do novo PNE 2025 - 2035, sendo 100% ao final do PNE.

Identificação, análise e avaliação de riscos

Área Temática	Código do Risco	Causa (Ação 3)	Evento de Risco (ação 1)	Efeito (Ação 3)	Avaliação do Risco/níveis de risco (Ação 2 e Ação 3)				
					Impacto	Probabilidade	Observações: avaliação de impacto	Observações: avaliação de probabilidade	Nível de Risco
Apoio técnico ou financeiro	R2	Diferenças nas capacidades técnicas das redes para acessar financiamento e a apoio técnico de programas e ações de alfabetização junto à União e Estados.	Focalização das ações do CNCA não atingirem de forma equitativa os municípios.	Aumento das desigualdades regionais em termos de percentual de crianças alfabetizadas.	Alto	Muito provável			21
		Distribuição uniforme de recursos e de ações sem levar em conta as diferenças nas taxas de crianças não alfabetizadas nos diferentes territórios.		Desigualdade no acesso à educação de qualidade.					
		Ausência de um diagnóstico que alcance a realidade de todas as unidades da federação.		Comprometimento das metas estabelecidas para redução das taxas de crianças não alfabetizadas até o 2º ano do					



		Insuficiência de recursos para implementação adequada das ações.		ensino fundamental.						
		Não aplicação dos critérios estabelecidos no decreto que rege o CNCA para garantir uma focalização leve em conta a diversidade socioeconômica, étnico-raciais, regional e de gênero.								
Avaliação	R3	Falta de alinhamento entre avaliações estaduais e SAEB e o art. 12 da Resolução CNE/CP 2/2017.	Sistemas de avaliações não considerarem no nível de corte que determina se a criança está alfabetizada a totalidade dos descritores definidos nos normativos.	Resultados das avaliações de alfabetização apresentarem inconsistências quanto à consideração de um estudante alfabetizado.	Alto	Provável				18
		Ausência de uniformidade nos procedimentos de avaliação que não traduzem nos descritores das faixas de resultado das avaliações os elementos necessários para considerar		Estudantes avançarem para os níveis mais elevados de conhecimento em termos de ano escolar sem os pré-requisitos necessários.						



		crianças alfabetizada.							
Avaliação	R4	Baixo nível confiança dos gestores nos resultados da aplicação das avaliações formativas.	Resultados das avaliações formativas não desencadearam ações de recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentaram insuficiência na aquisição das competências.	Consolidação do déficit de aprendizagem dos estudantes.	Alto	Muito provável			
		Formação continuada insuficiente dos educadores na condução de atividades diversificadas com os estudantes.		Baixo nível de comprometimento dos gestores escolares para a mobilização da comunidade escolar para aplicação das avaliações.					
		Ausência de estratégias das redes de ensino para recuperação de aprendizagens ou falta de aplicação da estratégia de forma sistemática.		Desmotivação dos estudantes que se encontram com necessidade de atenção para recuperação das aprendizagens.					
		Incompletude de ações que garantam a abrangência das habilidades a serem desenvolvidas no ato de alfabetizar segundo definido em normativo.		Manutenção ou agravamento dos índices de crianças não alfabetizadas.					
									21



				Comprometimento ou dificuldade na aquisição dos conhecimentos previstos nas séries seguintes.						
Apoio técnico ou financeiro	R9	Não ampliação das ações formativas e de acompanhamento pedagógico para os professores que atuam do 3º ano em diante.	Ausência de ações diferenciadas para recomposição das aprendizagens dos estudantes do 3º ao 5º ano.	Dificuldade no atendimento às necessidades dos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.	Alto	Provável			18	
		Desconhecimento por parte das redes de ensino das necessidades do corpo docente de estratégias e recursos para promover recomposição de aprendizagem.		Aumento das taxas de retenção ao longo dos anos escolares.						
				Continuidade dos "gaps" de aprendizagens básicas ao longo dos anos escolares.						
Apoio técnico ou financeiro	R10	Desconhecimento das necessidades de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e materiais para a melhoria da infraestrutura escolar	Utilização de materiais didáticos que no seu conjunto não estão alinhados às competências a serem desenvolvidas no período de alfabetização.	Comprometimento do processo de alfabetização das crianças com dificuldade de aprendizagem do 3º ano e da consolidação da alfabetização dos estudantes de 4ª e 5º ano.	Alto	Provável			18	



		Ausência de solicitação/inclusão das necessidades de melhoria de infraestrutura escolar no âmbito do CNCA em algum instrumento de financiamento. Insuficiência e/ou inadequação de recursos didáticos e pedagógicos.		Atraso no processo de ensino e aprendizagem com os estudantes impactando a não alfabetização na idade certa. Criança não alfabetizada por deixar de atender o nível de proficiência adequado para seu ano escolar.						
Apoio técnico ou financeiro	R11	Ausência de estabelecimento de plano de formação continuada para professores, técnicos e gestores educacionais considerando as peculiaridades e necessidades locais, limitando-se à adesão das ações do PATE ou AVAMEC sem a elaboração de plano complementar de formação.	Oferta de formação desassociada das necessidades docentes no que se refere ao desenvolvimento de competências e estratégias para promoção da alfabetização.	Desmotivação dos educadores por estarem envolvidos nos mesmos tipos de formação continuada.	Alto	Muito provável	R41	21		



		Falta de diagnóstico das necessidades de formação voltadas para a alfabetização pelas redes de ensino.		Professores com qualificação técnica frágil e desconectados dos conhecimentos, metodologias e materiais que os impedem alfabetizar os estudantes plenamente.						
		Não avaliação dos resultados das formações continuadas.		Persistência de lacunas na formação docente e de gestores em áreas eventualmente mapeadas como fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem.						
				Persistência em estratégias de aprendizagem com baixa eficiência para o aprendizado e que retardam o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.						
Governança e planejamento		Carência quanto ao apoio técnico dos membros da Renalfa na formação dos gestores escolares e dos sistemas de	Modelo de governança do CNCA não se consolidar ao longo de sua execução.	Inconsistência na implementação de ações do CNCA.	Alto	Muito provável				21



		ensino, bem como na elaboração dos planos.							
		Falta de financiamento que suporte a disseminação das capacitações dos articuladores até a ponta.		Redução da eficácia das ações previstas no CNCA.					
		Falta ou atraso na instituição e funcionamento do Comitê Estadual do CNCA.		Manutenção ou agravamento nas desigualdades de oferta de alfabetização nas redes de ensino.					
		Desarticulação entre as instâncias de governo do CNCA.		Desigualdades no protagonismo estadual na equalização dos processos de alfabetização no respectivo território.					
Governança e planejamento	R25	Falta de diagnóstico local para elaboração do plano.	Ausência de elaboração e consolidação de Política de Alfabetização própria alinhada às peculiaridades e gargalos locais no processo de alfabetização tempestivo.	Inadequação de estratégias de alfabetização	Alto	Muito provável			
		Falta de prioridades político-educacional para elaboração de Política de Alfabetização.		Comprometimento da qualidade da alfabetização.					
		Desconexão com orientações e diretrizes nacionais.		Permanência ou agravamento nas taxas de crianças não alfabetizadas até o 2º ano do					
									21



		Falta de conhecimento técnico para análise dos desafios e elaboração de plano de ação amplo para implementação da política de alfabetização .		ensino fundamental. Ineficiência na utilização dos recursos voltados para alfabetização.					
Apoio técnico ou financeiro	R28	Apoio financeiro inexistente ou insuficiente oriundo do MEC ou Estados as ações voltadas para a alfabetização e recomposição de aprendizagem. Não especificação direta de ações que sejam identificadas para alfabetização nos orçamentos. Não inclusão na elaboração do orçamento dos municípios para alfabetização das necessidades intersetoriais. Contingenciamento dos recursos destinados ao CNCA.	Financiamento insuficiente para alfabetização por parte dos municípios, agravado pela carência de apoio financeiro do Estado e/ou União.	Ineficácia na implementação das ações Desmotivação dos profissionais da educação Persistência ou agravamento dos índices de alfabetização nos territórios.	Alto	Muito provável	R20	21	



Governança e planejamento	R37	Ausência de um visão sistêmica no enfrentamento dos problemas que afetam o processo de ensino e aprendizagem.	Inexistência de mecanismos/projetos/programas/ações que promovam a intersetorialidade e parcerias extragovernamentais e intragovernamentais para fomentar a alfabetização até o fim do 2º ano do ensino fundamental.	Duplicidade de esforços da ação governamental na solução de problemas que podem afetar a criança no período de alfabetização.	Alto	Muito provável	R24/R23 - Causa R1	21	
		Falta de coordenação e articulação entre os setores que podem contribuir para que as crianças sejam alfabetizadas na idade certa.		Comprometimento da qualidade da alfabetização e não alcance das metas estabelecidas.					
		Desconhecimento das necessidades específicas de setores relevantes nos programas das redes de ensino.		Falta de cobertura de aspectos que favoreçam a potencialização do processo de alfabetização nas redes de ensino.					
		Ausência de diagnósticos detalhados nas redes de ensino de elementos de outras áreas que afetam a alfabetização, que não a educação (ex.: saúde, assistência social, segurança,...)		Redução da eficácia das ações governamentais					
Avaliação	R43	Falta de definição clara das habilidades a serem avaliadas.	O Sistema próprio de avaliações periódicas não avalia todas as habilidades necessárias para considerar a criança alfabetizada.	Incompletude dos diagnósticos da avaliação da alfabetização.	Muito alto	Provável		22	



		Ausência de sistema de avaliação periódica e próprio destinado ao monitoramento do processo de alfabetização e aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem.		Dificuldade na real identificação de necessidades de recomposição de aprendizagens.						
		Desalinhamento dos instrumentos de avaliação com as diretrizes educacionais ou normativos para considerar criança alfabetizada.		Permanência ou agravamento nas taxas de crianças não alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental.						